



Economics and Politics Research Group

A CNPq-Brazil Research Group

<http://www.EconPolRG.wordpress.com>

Research Center on Economics and Finance—CIEF

Research Center on Market Regulation—CERME

Research Laboratory on Political Behavior, Institutions
and Public Policy—LAPCIPP

Master's Program in Public Economics—MESP

Escola japonesa ou escola brasileira? A inserção dos estudantes brasileiros na escola no Japão

Maurício Soares Bugarin

Economics Department, University of Brasília

Economics and Politics Working Paper 71/2017
June 16th, 2017

Economics and Politics Research Group
Working Paper Series

Escola japonesa ou escola brasileira? A inserção dos estudantes brasileiros na escola no Japão¹

Maurício Soares Bugarin²

Universidade de Brasília

1. Introdução

2. O movimento decasségui e a educação dos brasileiros no Japão: aspectos históricos e o panorama original

2.1. Anos 1990 e a mudança na lei de imigração

2.2. As opções iniciais para as famílias: Modelagem

2.3. Resolução do problema de decisão: As opções iniciais para as famílias

2.4. Discussão: Uma situação muito delicada

3. Situação atual: A emergência da escola brasileira como alternativa à escola japonesa

3.1. O surgimento da escola brasileira

3.2. Modelagem

3.3. Resolução

4. Uma solução restrita: A escola brasileira bilíngue

4.1. Introdução

4.2. Modelagem: A opção pela escola bilíngue

4.3. Resolução

4.4. Discussão: Uma alternativa limitada

5. Uma solução compatível com os incentivos: A escola brasileira como complemento à escola japonesa

5.1. Introdução

5.2. Modelagem

5.3. Resolução

5.4. Discussão

6. Desafios para a implantação

7. Proposta para a alavancagem do modelo proposto

7.1. Características do modelo proposto

7.2. Os valores da bolsa

7.3. Financiamento do novo programa de bolsas proposto

8. Conclusão

Referências

¹ Pesquisa desenvolvida para a Embaixada do Brasil em Tóquio nos anos de 2015 a 2017, com o objetivo de melhor entender os principais incentivos à escolarização de brasileiros no Japão, bem como os principais *trade-offs* entre não estudar, estudar em escolas japonesas e estudar em escolas brasileiras. O autor agradece o apoio da Embaixada do Brasil no Japão, da Câmara de Comércio Brasileira no Japão (CCBJ). Especial agradecimento ao Segundo Secretário Ivan Carlo Padre Seixas e ao Embaixador André Aranha Corrêa do Lago pelo entusiasmo, críticas, discussões que em muito contribuíram para a melhoria da qualidade desta pesquisa. As opiniões, análises, erros e propostas aqui desenvolvidas são de única e exclusiva responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a opinião do Governo Brasileiro nem da CCBJ.

² Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília; Ph.D. *University of Illinois at Urbana Champaign*, USA; Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq *Economics and Politics Research Group* (EPRG, www.econpolrg.com), Homepage: www.bugarinmauricio.com, e-mail: bugarin.mauricio@gmail.com

1. Introdução

De acordo com Ishi (2010), o movimento de volta ao Japão de cidadãos que haviam imigrado para o Brasil teve início na década de 1980. Foi, no entanto, na década de 1990, com uma importante mudança na lei japonesa de imigração, que um grande contingente de *nikkeis* brasileiros decidiu trabalhar no país do sol nascente. Se, em 1989 estimava-se um total de até 10 mil *nikkeis* no Japão, no final da década de 1990 o Ministério da Justiça nipônico registrava mais de 250 mil brasileiros no país.

Em 1999 foi inaugurada a primeira escola brasileira³ no Japão e em 2010 haviam 78 escolas brasileiras no país (Hatano, 2010). Em pesquisa elaborada por este pesquisador com o apoio da Embaixada Brasileira no Japão foi constatado que as escolas seguem diferentes modelos de ensino, que vão desde a oferta do currículo brasileiro seguindo as diretrivas do MEC, até a oferta de reforço de língua portuguesa após a escola japonesa.

A questão sobre que modelo de escola brasileira melhor atende aos interesses das famílias brasileiras em uma visão de longo prazo e como fomentar a consolidação de um tal modelo é um dos temas mais discutidos e controversos na comunidade brasileira no Japão. Resumindo em poucas palavras essa discussão extremamente complexa, pode-se ressaltar as duas posições antagônicas a seguir. Por um lado, considerando a importância de se manter a identidade cultural e a perspectiva de volta ao Brasil no futuro, alguns defendem a posição de que se deve oferecer um currículo que seja o mais próximo possível daquele indicado pelo MEC. Por outro lado, considerando a importância dos brasileiros se integrarem cultural e profissionalmente ao Japão e a perspectiva de longa permanência nesse país de residência, se deve focar bem mais no currículo e língua japonesa, mantendo o português como língua de herança.

A resposta a essa questão não é simples, pois envolve ampla gama de fatores, como, por exemplo, o sentimento nacionalista, o plano de negócios das escolas brasileiras, as perspectivas de financiamento dessas escolas, os modelos atuais de apoio por meio de bolsas de estudos existentes, o surgimento da terceira geração de brasileiros no Japão, etc. Ademais, essa questão se tornou especialmente delicada após os dramáticos efeitos da crise financeira internacional de 2008, que reduziu o número de brasileiros no Japão de mais de 317 mil para menos de 200 mil em poucos anos, e que, destarte, fragilizou ainda mais o equilíbrio financeiro de muitas escolas brasileiras.

³ De acordo com Ishi (2010). Trata-se do Colégio Pitágoras – Brasil, unidade de Ota (<http://www.pitagoras.com.br/colegios/japao/japao.asp?subunidade=1>)

A presente pesquisa tem dois objetivos principais. Em primeiro lugar, busca avaliar que modelo de escola deve ser mais favorável ao bem-estar futuro das famílias brasileiras no Japão. Para tanto, usa-se os instrumentais da Teoria dos Jogos e da Teoria de Desenho de Mecanismos de forma que a avaliação se fuja de posicionamentos ideológicos prévios e se fundamente na análise econômica de incentivos e de bem-estar social. Em segundo lugar, uma vez determinado o modelo ótimo, busca oferecer uma proposta de mecanismos que possam estimular a adoção, o desenvolvimento e a consolidação desse modelo.

Para atingir esses objetivos, o trabalho está organizado nas seguintes seções. Após esta breve introdução, a seção 2 discute a situação inicial com a qual se depararam os brasileiros que chegaram ao Japão em grande número pela primeira vez nos anos 1990 e modela as decisões das famílias quanto à educação de seus filhos. O principal resultado encontrado é que a falta de preparo da sociedade japonesa em geral e das escolas japonesas em particular para receber os estrangeiros tornou muito difícil a adaptação das crianças à escola japonesa, fazendo com que algumas famílias preferissem até manter seus filhos fora do sistema escolar. A seção 3 modela então o surgimento das escolas brasileiras como alternativa às escolas japonesas e conclui que essa alternativa aumentou o bem-estar social das famílias ao oferecer um ambiente culturalmente amigável às nossas crianças e ao fomentar a manutenção da cultura nacional. Diante das dificuldades de adaptação à escola japonesa, por mais precárias que fossem as escolas brasileiras iniciais, elas possibilitaram um aumento de bem-estar a muitas famílias brasileiras que se viam restritas a sofrer os elevados custos de adaptação à escola japonesa ou então manter seus filhos fora do sistema educacional.

A seção 4 discute a escola bilíngue como uma alternativa superior à escola brasileira e à escola japonesa, mas chama a atenção para a baixa capilaridade desse modelo devido aos elevados custos envolvidos. A seção 5 discute o modelo de *"after school"* para a escola brasileira como uma forma de tomar proveito do excelente sistema educacional japonês ao mesmo tempo em que favorece o desempenho do aluno brasileiro e sua consequente adaptação à escola japonesa, mantendo a língua portuguesa como língua de herança bem como a cultura japonesa.

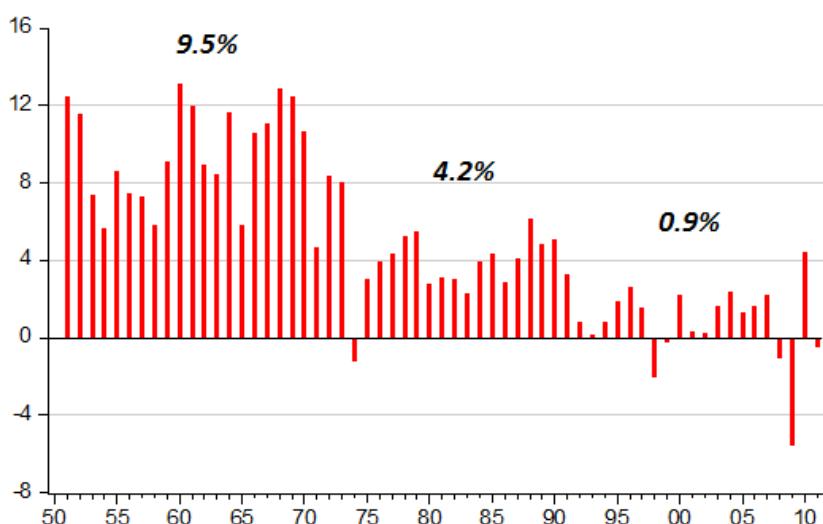
A seção 6 discute os desafios atuais para se implementar o modelo sugerido e a seção 7 apresenta uma proposta de bolsa de estudos específica a ser implantada no sentido de fomentar a adoção do modelo *after school*. Finalmente, a seção 8 apresenta as conclusões da pesquisa.

2. O movimento decasségui e a educação dos brasileiros no Japão: aspectos históricos e o panorama original

2.1. Anos 1990 e a mudança na lei de imigração

Os anos 1980 foram anos de elevado crescimento no Japão, com aumento do PIB anual em média de 4,2% apesar dos efeitos das crises do petróleo da década de 1970 (Gráfico 1, Nunes, 2012). Por outro lado, a taxa de crescimento da população decaiu fortemente ao longo desse período, passando de mais de 1,5% na primeira metade da década de 1970, para pouco mais 0,4% na segunda metade da década de 1980 (Gráfico 2, 2011).

Gráfico 1. Taxa de crescimento do PIB real (%) do Japão



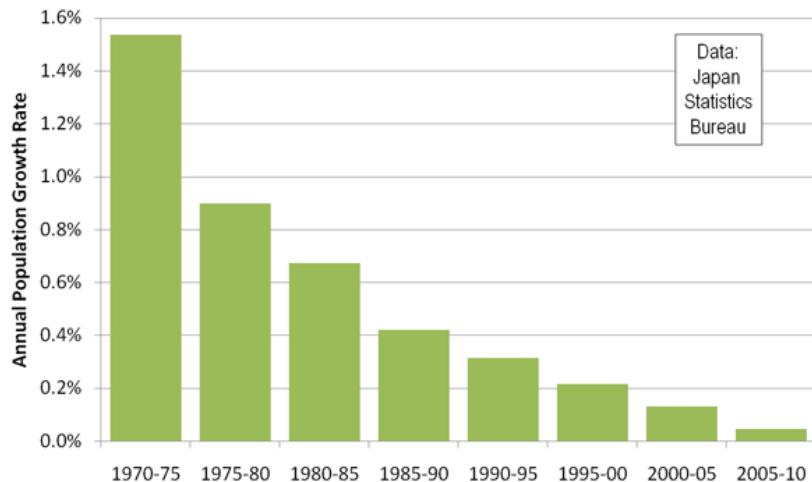
Fonte: Nunes, 2012.

Diante da crescente escassez da mão de obra local, o governo japonês promoveu uma reforma da lei de imigração que facilitou a entrada no Japão de descendentes de japoneses até a terceira geração, “com a possibilidade de exercer atividades remuneradas no Japão sem restrições de renovar o visto e de vir a ser residentes permanentes” (Sasaki, 2006). Essa reforma, associada à grande crise econômica pela qual passava o Brasil na “década perdida” de 1980, proporcionou grande fluxo de nikkeis brasileiros no Japão, que chegou a atingir 320 mil brasileiros antes do Lehman shock de 2008.

Segundo Sasaki (2006), citando Cornelius (1995, p.396), “a política de oportunidades de imigração facilitada para os nikkeijins da América Latina é vista pelas autoridades japonesas como um meio, politicamente de baixo custo,

de ajudar a resolver a falta de mão-de-obra, com a vantagem adicional de que os imigrantes com ancestralidade japonesa não são vistos a perturbar a homogeneidade étnica mítica do país”.

Gráfico 2. Taxa de crescimento populacional no Japão: 1970-2010



Fonte: Cox, 2011.

No entanto, justamente pela perspectiva de fácil adaptação devido à herança étnica, o governo japonês pouco se preparou para a chegada dos brasileiros, que enfrentaram diversos tipos de dificuldades de adaptação ao país e à cultura de seus pais e/ou avós, que lhes era estranha. Em particular, seus filhos enfrentaram os elevados custos de adaptação à escola japonesa, que, além da língua e da exigência de conteúdo acadêmico, é caracterizada pela forte presença de assédio (*bullying, ijime*) mesmo entre japoneses (Kanasiro, 2011). Esta seção modela as escolhas ao alcance das famílias brasileiras nesse primeiro momento do movimento decasséguí quanto à escolarização das crianças.

2.2. As opções iniciais para as famílias: Modelagem

Consideramos neste modelo apenas dois “agentes”: a família e a Natureza. A família deve decidir sobre o encaminhamento do filho quanto ao estudo e a Natureza modela os aspectos estocásticos da situação, ou seja, os aspectos

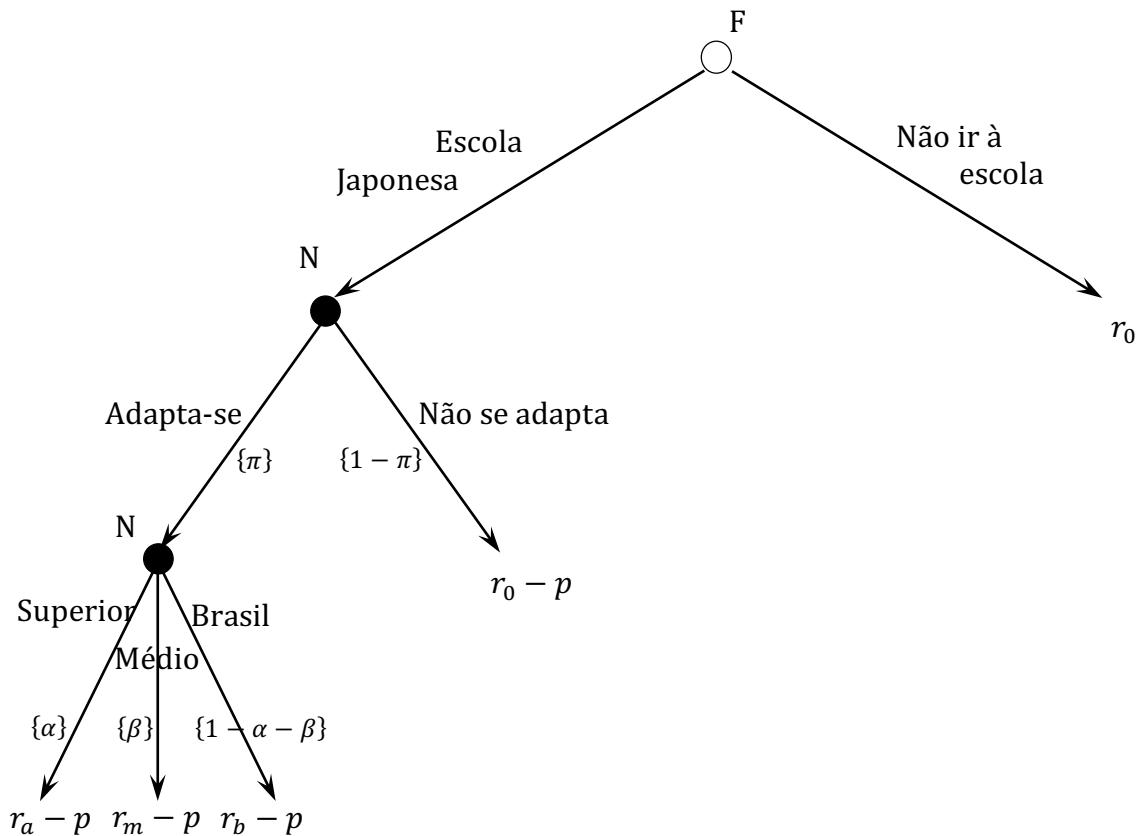
incontroláveis pela família no momento em que decide encaminhar seu filho a uma escola japonesa ou, alternativamente, a deixá-lo em casa.

A situação estratégica correspondente encontra-se descrita na Figura 1.

Em primeiro lugar, a família (F) decide se coloca a criança em escola japonesa ou se a deixa em casa, fora da escola.

Caso a família opte por manter o filho em casa, a criança não recebe qualquer formação nem em língua portuguesa, nem em língua japonesa, sendo assim sua perspectiva salarial a menor possível, que denotamos por r_0 . Essa é a consequência esperada para a família com a decisão de manter o filho em casa.

Figura 1. A opção entre deixar o filho em casa ou enviá-lo à escola japonesa.



Fonte: Elaboração própria

Consideremos agora a opção de enviar o filho para a escola japonesa. O ensino elementar no Japão é gratuito, com exceção do custo de transporte, de alimentação, viagens, uniforme e atividades de clube. No caso do ensino médio, mesmo o público, já tem custo. No entanto, naturalmente trata-se da forma de

ensino mais barata no país. Denotemos por c_J o custo esperado para a família quando o filho vai para a escola japonesa, acima do custo de ficar em casa⁴.

Caso a família decida pela escola japonesa, o filho enfrentará o “custo” psicológico de tentar se adaptar ao novo ambiente que lhe é culturalmente adverso e, possivelmente, até mesmo hostil. Esse custo psicológico é modelado pelo somando $-p$, $p > 0$ na utilidade resultante do filho, qualquer que seja sua trajetória a partir do momento em que entra na escola japonesa. Para simplificar a notação, desprezamos sem perda de generalidade, o custo financeiro de enviar a criança à escola japonesa, c_J e mantemos apenas o custo psicológico p . Uma forma de se justificar essa simplificação é pensar nos custos que aparecerão nos demais capítulos como um custo adicional, acima do custo básico da escola japonesa.

A questão da adaptação se coloca em seguida, ou seja, o filho se adaptará à escola japonesa com probabilidade π ou não conseguirá se adaptar, o que ocorrerá com probabilidade $1 - \pi$.

Caso se adapte, continuará na escola até o final do ciclo fundamental e médio, quando poderá conseguir uma formação de ensino superior de qualidade no Japão, o que renderá a mais alta remuneração r_a , e que ocorrerá com probabilidade α . Poderá ainda concluir apenas o ensino médio ou uma faculdade de menor prestígio, que renderá ao filho um salário menor, r_m , compatível com aquele de seus pais, sendo que isso ocorrerá com probabilidade β . Poderá, finalmente, não conseguir qualquer opção profissional minimamente aceitável no Japão, tendo que voltar para o Brasil e trabalhar por um salário ainda menor, r_b . Esta última situação ocorrerá com probabilidade $1 - \alpha - \beta$.

Por hipótese temos, então, $r_a > r_m > r_b > r_0$.

Caso não se adapte à escola japonesa, o aluno é levado a abandonar seus estudos. Nesse caso a remuneração profissional que conseguirá será r_0 , equivalente à que receberia caso nem tivesse tentando frequentar a escola japonesa.

2.3. Resolução do problema de decisão: As opções iniciais para as famílias

Uma vez modelada a situação com a qual se defronta uma família típica de brasileiros trabalhando no Japão, passemos agora à análise de sua tomada de decisão quanto a enviar o filho à escola japonesa ou deixá-lo em casa.

⁴ Mesmo permanecendo em casa, por exemplo, a criança necessita se alimentar; portanto, esse custo não é considerado em c_J .

Caso o envie à escola japonesa e o filho se adapte, a utilidade esperada será:

$$\alpha r_a + \beta r_m + [1 - \alpha - \beta]r_b - p \quad (1)$$

Por outro lado, caso o envie à escola japonesa e o filho não se adapte, abandonando os estudos, sua utilidade será:

$$r_0 - p \quad (2)$$

Portanto, a utilidade esperada do filho quando é enviado à escola japonesa é:

$$UE(J) = [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi + r_0(1 - \pi) - p \quad (3)$$

Por outro lado, caso permaneça em casa, sua utilidade será:

$$UE(C) = r_0 \quad (3)$$

Comparando as utilidades acima, dadas as hipóteses do modelo, percebe-se imediatamente que:

$$r_0 - p < UE(C) < \alpha r_a + \beta r_m + [1 - \alpha - \beta]r_b \quad (4)$$

A expressão acima deixa os principais *trade-offs* envolvidos na decisão das famílias. Se a família estiver segura de que seu filho não se adaptará à escola japonesa, então será melhor deixá-lo em casa. Trata-se da primeira desigualdade acima. Por outro lado, se estiver segura que ele se adaptará e se o custo de adaptação for negligenciável, então será melhor enviá-lo à escola. Esta é a segunda desigualdade acima.

Nos casos intermediários, é fácil ver que a família escolherá manter o filho em casa se, e somente se $UE(C) > UE(J)$, ou seja, se:

$$p > [(\alpha r_1 + \beta r_2 + (1 - \alpha - \beta)r_3) - r_0]\pi \quad (5)$$

O fator entre colchetes do lado direito da equação acima é o ganho esperado adicional, medido em termos de melhores salários futuros do filho, quando este consegue concluir a escola japonesa, em relação ao que receberia caso ficasse em casa. Esse ganho ocorre com probabilidade π . Portanto, se os custos psicológicos e financeiros associados a frequentar a escola japonesa ultrapassarem os benefícios esperados em termos salariais, a família preferirá manter o filho em casa.

A expressão (5) é equivalente à expressão a seguir.

$$\frac{p}{\pi} > [\alpha r_1 + \beta r_2 + (1 - \alpha - \beta)r_3] - r_0 \quad (6)$$

Caso a condição acima não seja satisfeita, então a família escolherá por colocar o filho na escola japonesa. O seja, a família preferirá estritamente colocar o filho na escola japonesa se e somente se $UE(J) > UE(C)$, ou ainda, se:

$$\frac{p}{\pi} < [\alpha r_1 + \beta r_2 + (1 - \alpha - \beta)r_3] - r_0 \quad (7)$$

No caso da igualdade entre os dois termos acima ocorrer, ou seja, $UE(J) = UE(C)$, então a família encontra-se indiferente entre colocar o filho em escola japonesa ou deixa-lo em casa.

2.4. Discussão: Uma situação muito delicada

A desigualdade (6) evidencia que quanto menor for π e quanto maior for p , maior será a probabilidade da família manter o filho em casa. Em outras palavras, **quanto menores forem as perspectivas de uma boa adaptação à escola japonesa e quanto maiores forem os custos psicológicos (e financeiros adicionais) associados ao ambiente adverso da escola japonesa, maior será a probabilidade da família decidir não colocar o filho no sistema educacional japonês tradicional, mesmo sabendo que ao deixá-lo em casa, não conseguirá um bom emprego nem no Brasil, nem no Japão.**

É de fundamental importância entender que os parâmetros centrais do modelo, π e p , podem variar de família para família. Suponha, por exemplo, que o filho tenha sido alfabetizado em escola japonesa quando ainda no Brasil, antes da família mudar-se para o Japão. Suponha ainda que esse mesmo filho tenha convivido longamente com avós, nascidos e crescidos no Japão antes de imigrarem para o Brasil. Então é de se esperar que o filho esteja melhor adaptado à cultura japonesa, o que facilitaria sua adaptação à escola japonesa, aumentando o valor do parâmetro π e reduzindo o valor do custo p , de forma que a condição (6) será provavelmente satisfeita.

Suponha agora que se trata de uma família mista em que apenas um dos pais é de origem japonesa e o outro não tenha tido experiência nem com a língua nem com a cultura japonesa antes de mudar-se para o Japão. Suponha ainda que

o filho não tenha tido quase nenhum contato com a colônia japonesa no Brasil, desconhecendo completamente a língua e as particularidades da cultura nipônica. Então é provável que a probabilidade π seja baixa e o custo p seja elevado, de forma que muito provavelmente a condição (6) será satisfeita para essa família.

Destarte, a condição (6) pode ser válida para algumas famílias enquanto a condição (7) pode ser válida para outras, ou seja, a decisão sobre onde colocar o filho pode depender de características específicas de cada família.

Se usarmos a notação i para designar uma família específica, e denotarmos seus parâmetros correspondentes por π_i e p_i , então podemos dizer, na linguagem da Economia da Informação e dos Incentivos, que a família é caracterizada pelo “tipo” $t_i = \frac{p_i}{\pi_i}$.

Denotemos por b o ganho (benefício) adicional esperado $b = [\alpha r_1 + \beta r_2 + (1 - \alpha - \beta)r_3] - r_0$. Então, a solução do problema de decisão da família i pode ser reescrita como:

$$\begin{array}{ll} \text{Manter o filho casa se} & t_i > b \\ \text{Matricular o filho na escola japonesa se} & t_i < b \end{array} \quad (8)$$

Seja $f(t_i)$ a função densidade de probabilidade dos tipos das famílias. Então $f(t_i)$ pode ser interpretado como a quantidade de famílias do tipo t_i , de forma que o percentual de famílias que envia seus filhos à escola japonesa é dado por:

$$F(b) = \int_0^b f(t_i) dt_i = \text{prob}[t_i \leq b] \quad (9)$$

É importante também destacar a dramaticidade da situação em que $t_i > b$. Nesse caso a família se sente forçada a manter seu filho fora do sistema educacional japonês por sentir que há grande hostilidade na escola japonesa, mesmo sabendo que ao tomar essa decisão, estará condenando o filho a um futuro com menores perspectivas profissionais.

Naturalmente, as famílias dos primeiros decasséguis, sentindo a delicada situação em que alguns se encontravam, buscaram alternativas a essa situação indesejável. A escola brasileira surgiu logo nos primeiros anos da década de 90, quase que juntamente com a chegada dos primeiros decasséguis que usaram a nova lei de visto, justamente para oferecer uma alternativa a essas duas limitadas opções. A próxima seção modela e analisa a escola brasileira como substituto à escola japonesa.

3. Situação atual: A emergência da escola brasileira como alternativa à escola japonesa

3.1. O surgimento da escola brasileira

Os primeiros decasséguis a chegarem no Japão em resposta à alteração da lei do visto japonesa eram tipicamente homens sem suas famílias. Rapidamente, no entanto, começaram a trazer suas esposas e filhos, tendo então que se defrontar com os problemas descritos na seção anterior.

A primeira atitude a adotarem aqueles que decidiram por manter seus filhos fora da escola japonesa foi a organização coletiva da guarda das crianças. Foram contratadas as primeiras “tias” para cuidar dos filhos enquanto os pais trabalhavam. Dessa primeira organização mais simples foram surgindo as escolas brasileiras, com o objetivo de, além da guarda, manter e desenvolver o conhecimento da língua-pátria. Com o passar do tempo, o currículo foi se expandindo, sendo que existem hoje 39 escolas brasileiras cadastradas na embaixada brasileira em Tóquio como aprovadas pelo MEC (35) ou em vias de obtenção de aprovação ou re-aprovação (4). Essas escolas se apresentam como uma alternativa à escola japonesa que segue o currículo brasileiro.

Esta seção analisa a decisão de uma família brasileira no Japão quanto ao estudo do filho, considerando esse modelo de escola brasileira e as perspectivas de encaminhamento futuro da criança, usando para tanto o instrumental básico de teoria dos jogos.

3.2. Modelagem

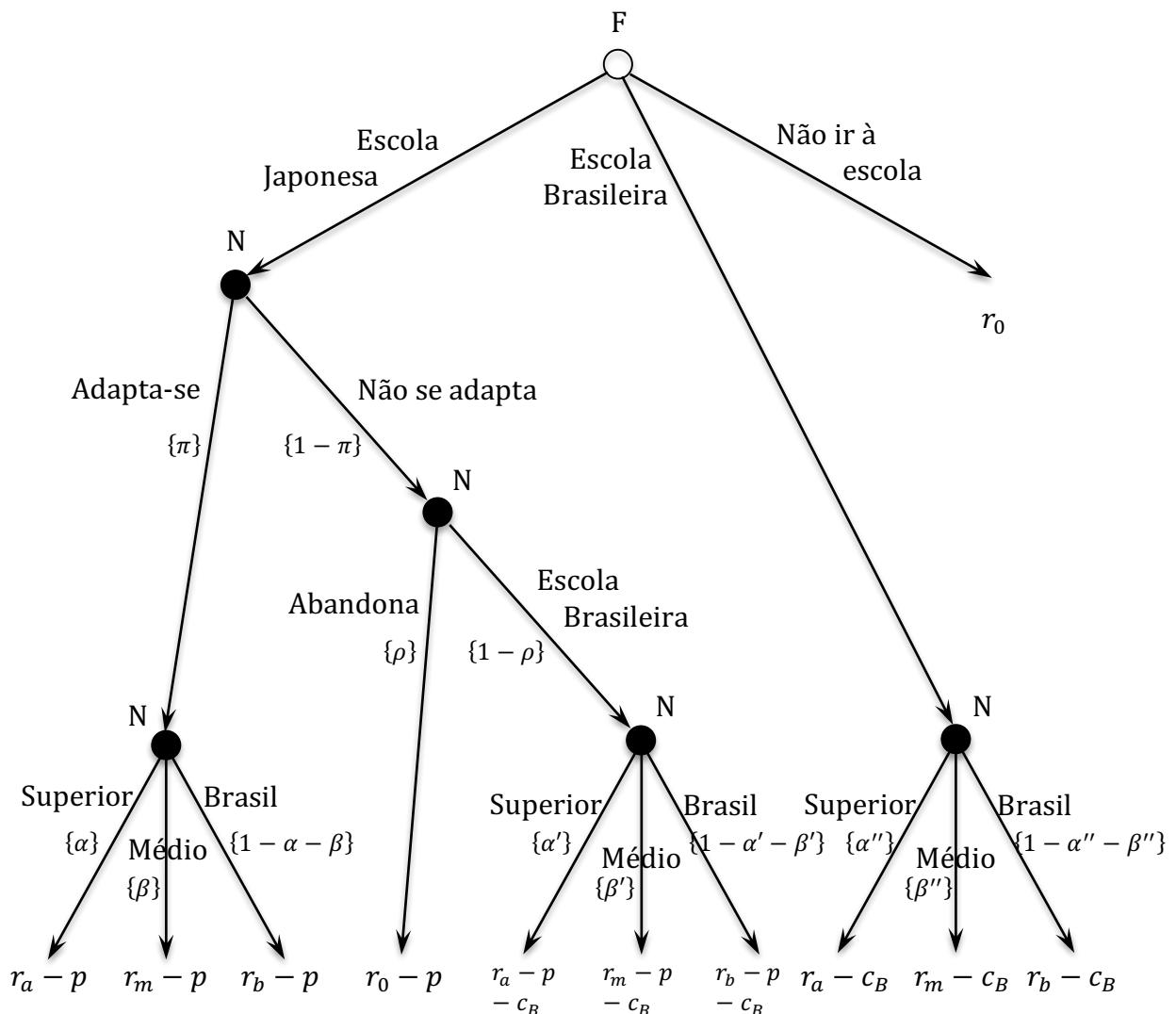
A escola brasileira em seu modelo atual funciona em horário integral. Por essa razão, a escola brasileira se caracteriza como uma alternativa à escola japonesa. Na linguagem da teoria econômica, pode-se caracterizar a escola brasileira como um *substituto* à escola japonesa. No entanto, não se trata de um substituto perfeito uma vez que o foco do ensino da escola brasileira é o currículo brasileiro, e não o currículo nipônico.

Em suma, o modelo atual de escola brasileira é de *substituto imperfeito* de escola japonesa.

Assim como no capítulo anterior, consideramos apenas dois agentes, a família e a Natureza, esta última modelando os aspectos estocásticos da situação, ou seja, os aspectos incontroláveis pela família no momento em que decide

encaminhar seu filho a uma escola japonesa, a uma escola brasileira, ou deixá-lo em casa.

Figura 2. A escola brasileira como substituto imperfeito à escola japonesa.



Fonte: Elaboração própria

A situação estratégica correspondente encontra-se descrita na Figura 2. Em primeiro lugar, a família (F) decide se coloca a criança em escola japonesa, ou em escola brasileira, ou ainda a mantenha em casa.

Caso a família decida pela escola japonesa, temos a situação retratada no capítulo anterior. A novidade ocorre quando a criança não consegue adaptar-se a essa escola japonesa. Nesse caso, duas situações podem advir.

Na pior das situações, que ocorre com probabilidade ρ , o trauma do aluno brasileiro associado à não adaptação à escola japonesa é tão grande que nem ele não consegue nem mesmo aceitar uma transferência para a escola brasileira,

sendo então levado a abandonar seus estudos. Nesse caso a remuneração profissional que conseguirá, r_0 , será muito baixa, como no capítulo anterior.

Por outro lado, no melhor dos casos o aluno consegue continuar seus estudos em escola brasileira, concluindo o ensino fundamental e seguindo seu aprendizado, de forma a obter as mesmas remunerações descritas anteriormente r_a, r_m, r_b mas agora com as probabilidades respectivas $\alpha', \beta', 1 - \alpha' - \beta'$. A hipótese que fazemos agora é que é mais fácil se colocar no mercado profissional japonês de alta renda tendo estudado em escola japonesa do que em escola brasileira, sendo a probabilidade de conseguir um emprego de segunda classe idêntica. Portanto, postulamos que:

$$\alpha > \alpha', \beta = \beta', 1 - \alpha - \beta < 1 - \alpha' - \beta'.$$

Alternativamente, caso a família decida colocar o filho diretamente na escola brasileira, então ele não terá maiores problemas de adaptação ao estudo, obtendo agora as remunerações anteriormente descritas r_a, r_m, r_b com as probabilidades respectivas $\alpha'', \beta'', 1 - \alpha'' - \beta''$. A hipótese feita aqui é que a probabilidade de acesso a um emprego bem remunerado é ainda menor quando o aluno não tem qualquer experiência de escola japonesa, sendo que a probabilidade de conseguir um emprego de menor remuneração continua inalterada, ou seja:

$$\alpha > \alpha' > \alpha'', \beta = \beta' = \beta'', 1 - \alpha - \beta < 1 - \alpha' - \beta' < 1 - \alpha'' - \beta''$$

A escola brasileira, por ser uma instituição privada, cobra uma mensalidade, fazendo com que o custo financeiro de enviar uma criança a essa instituição seja maior que aquele custo financeiro de enviar a criança à escola japonesa. Denotamos por c_B esse custo, que aparece na rama direta da árvore na Figura 2. Postulamos neste trabalho que, enquanto o custo financeiro da escola brasileira é maior que aquele da escola japonesa, o custo psicológico da escola japonesa é elevado, de forma que o custo total da escola japonesa é maior que aquele da escola brasileira, ou seja:

$$p > c_B$$

3.3. Resolução

Uma vez modelada a situação com a qual se defronta uma família típica de brasileiros trabalhando no Japão, passemos agora à análise de sua tomada de decisão quanto a que tipo de escola deverá enviar o filho.

Caso o envie à escola japonesa e o filho se adapte à escola, a utilidade esperada será:

$$\alpha r_a + \beta r_m + [1 - \alpha - \beta]r_b - p \quad (1)$$

Por outro lado, caso o envie à escola japonesa e o filho não se adapte, abandonando os estudos, sua utilidade será:

$$r_0 - p \quad (2)$$

Caso, ainda que não se adapte à escola japonesa, o filho consiga continuar seus estudos na escola brasileira, sua utilidade será:

$$\alpha' r_a + \beta' r_m + [1 - \alpha' - \beta'] r_b - p \quad (3)$$

Portanto, a utilidade esperada da família caso envie seu filho à escola japonesa será:

$$UE(J) = [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta) r_b] \pi + r_0 (1 - \pi) \rho + [\alpha' r_a + \beta' r_m + (1 - \alpha' - \beta') r_b] (1 - \pi) (1 - \rho) - p \quad (4)$$

Por outro lado, caso o envie à escola brasileira, a utilidade esperada da família será:

$$UE(B) = \alpha'' r_a + \beta'' r_m + [1 - \alpha'' - \beta''] r_b - c_B \quad (5)$$

Finalmente, caso mantenha a criança fora de qualquer escola, a utilidade esperada da família será:

$$UE(C) = r_0 \quad (6)$$

Comparemos primeiramente a opção de manter o filho em casa com a opção de enviá-lo à escola brasileira. A família preferirá enviar o filho à escola brasileira se $UE(B) > UE(C)$, ou seja, se:

$$c_B < \alpha'' r_a + \beta'' r_m + [1 - \alpha'' - \beta''] r_b - r_0 \quad (7)$$

O termo à direita da expressão acima representa o ganho adicional, em termos de perspectivas de futuro profissional do envio da criança à escola brasileira em comparação com deixá-lo em casa. Já o termo à direita é o custo adicional de manter a criança na escola brasileira.

Para facilitar a análise supomos que a condição (7) acima seja sempre satisfeita, de forma que as famílias preferem enviar os filhos à escola japonesa a deixá-los em casa. Mais à frente analisaremos como os resultados mudam quando (7) não é verdadeira.

Comparemos agora as opções pela escola brasileira versus a escola japonesa. Primeiramente note que, dadas as hipóteses do modelo:

$$\begin{aligned} \alpha r_a + \beta r_m + [1 - \alpha - \beta]r_b &> \alpha' r_a + \beta' r_m + [1 - \alpha' - \beta']r_b \\ &> \alpha'' r_a + \beta'' r_m + [1 - \alpha'' - \beta'']r_b > r_0 \end{aligned} \quad (8)$$

Portanto, caso não houvesse custo algum associado ao desafio de estudar em escola japonesa e não houvesse qualquer possibilidade de não adaptação à escola, a família espontaneamente optaria por enviar o filho para a escola japonesa, que lhe daria o maior retorno esperado, mesmo que a escola brasileira fosse gratuita. Esta é a situação ideal correspondendo a um ambiente escolar acolhedor, preocupado em receber o aluno estrangeiro e preparado para tanto.

Por outro lado, caso o custo psicológico p exista e seja muito elevado, a ponto de que $\alpha r_a + \beta r_m + [1 - \alpha - \beta]r_b - p < \alpha'' r_a + \beta'' r_m + [1 - \alpha'' - \beta'']r_b - c_B$, então a família nem pensará em enviar seu filho para a escola japonesa, escolhendo imediatamente a escola brasileira. Esta é a situação inversa, correspondendo a um ambiente escolar tão hostil e/ou despreparado que não compensa para a família enfrentá-lo.

As duas situações acima descritas são extremas e não imaginamos que nenhuma delas corresponda à realidade, sendo a primeira muito otimista e a segunda demasiadamente pessimista.

Consideremos agora as situações intermediárias em que o custo psicológico não é exageradamente elevado, ou seja $\alpha r_a + \beta r_m + [1 - \alpha - \beta]r_b - p > \alpha'' r_a + \beta'' r_m + [1 - \alpha'' - \beta'']r_b - c_B$ mas existe tanto possibilidade de não adaptação ($(1 - \pi) > 0$) como, nesse caso, a de posterior abandono dos estudos ($\rho > 0$). Então, a família escolherá enviar o filho diretamente para a escola brasileira se, e somente se $UE(B) > UE(J)$, ou seja, se:

$$\begin{aligned} \alpha'' r_a + \beta'' r_m + [1 - \alpha'' - \beta'']r_b - c_B \\ > \\ [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi + r_0(1 - \pi)\rho \\ + [\alpha' r_a + \beta' r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b](1 - \pi)(1 - \rho) - p \end{aligned}$$

A condição acima pode ser reescrita como:

$$\begin{aligned} p - c_B > \\ [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi \\ + [(\alpha' r_a + \beta' r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho) + r_0\rho](1 - \pi) \\ - [\alpha'' r_a + \beta'' r_m + (1 - \alpha'' - \beta'')r_b] \end{aligned} \quad (9)$$

O termo que precede o sinal de desigualdade é o custo adicional da escola japonesa (que inclui o custo psicológico) e relação à escola brasileira. Já o termo posterior ao sinal é o benefício adicional da escola japonesa em termos de expectativas salariais em relação à escola brasileira. Se o custo adicional for maior que o benefício adicional, então família preferirá a escola brasileira.

Caso a condição acima não seja satisfeita, então a família escolherá por colocar o filho na escola japonesa. O seja, a família preferirá estritamente colocar o filho na escola japonesa se e somente se $UE(J) > UE(B)$, ou seja, se:

$$\begin{aligned}
 p - c_B \\
 < \\
 & [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi \\
 & + [(\alpha' r_a + \beta' r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho) + r_0\rho](1 - \pi) \\
 & - [\alpha'' r_a + \beta'' r_m + (1 - \alpha'' - \beta'')r_b]
 \end{aligned} \tag{10}$$

No caso da igualdade entre os dois termos acima ocorrer, ou seja, $UE(J) = UE(B)$, então a família encontra-se indiferente entre colocar o filho em escola japonesa ou em escola brasileira.

Vale notar que esta análise foi feita supondo-se válida a condição (7), que diz que a família prefere levar o filho à escola brasileira do que deixá-lo em casa. No entanto, se o custo da escola brasileira se tornar muito elevado, então a condição (7) pode não ser mais verdadeira. Se isso ocorrer, e além disso, a condição (8) também for verdadeira, então as famílias preferirão manter o filho em casa, reduzindo ainda mais suas perspectivas futuras de sucesso profissional.

3.4. Discussão: Heterogeneidade das famílias e a não-otimalidade da obrigatoriedade

A desigualdade (9) evidencia que quanto menor for π e quanto maiores forem ρ e p , maior será a probabilidade da condição ser satisfeita. Em outras palavras, **quanto menores forem as perspectivas de uma boa adaptação à escola japonesa, quanto maiores forem as chances do filho abandonar o estudo em função dos traumas causados pela escola japonesa e quanto maiores forem os custos psicológicos associados ao ambiente adverso da escola japonesa, maior será a probabilidade da família decidir não colocar o filho no sistema educacional japonês tradicional, mesmo sabendo que ao seguir o sistema brasileiro, menores serão as chances de o filho conseguir um emprego de alta renda no Japão.**

É importante ressaltar que, como discutido no capítulo anterior, a condição (9) pode ser válida para algumas famílias enquanto a condição (10) pode ser válida para outras, ou seja, a decisão sobre onde colocar o filho pode depender de características específicas de cada família.

A observação acima sugere que **a exigência de uma decisão única para todas as famílias brasileiras, seja ela de estudar em escolas brasileiras ou em escolas japonesas, pode reduzir o bem-estar social dos brasileiros no Japão, se for implementada mantendo-se a estrutura atual descrita acima.**

Em particular, dadas as opções disponíveis hoje, a decisão do governo japonês de não tornar obrigatória a participação das crianças estrangeiras na escola japonesa parece acertada.

Por outro lado, já observamos que a utilidade esperada para as famílias no braço esquerdo da árvore apresentada na Figura 2 é claramente maior que a utilidade esperada no braço direito da figura se p não for muito elevado, ou seja, estudar na escola japonesa gera maior retorno esperado se não houver desistência e se o custo psicológico da adaptação não for por demais elevado. Mas então, as questões que se colocam são as seguintes:

- (i) Existe algum ajuste que possa ser introduzido nas opções atuais de forma a melhor aproveitar o potencial das escolas japonesas?
- (ii) Se existir, esse ajuste pode ser feito de forma compatível com os incentivos, ou seja, de forma que as famílias optem voluntariamente por enviar seus filhos para a escola japonesa sem a necessidade de tornar essa atividade obrigatória por lei?
- (iii) Finalmente, é possível responder positivamente às questões em (i) e (ii) sem que isso implique em custos adicionais para o governo brasileiro?

As próximas seções sugerem que para se obter respostas afirmativas para essas perguntas pode ser necessário rever a visão atual da escola brasileira como um substituto imperfeito à escola japonesa.

4. Uma solução restrita: A escola brasileira bilíngue

4.1. Introdução

A seção anterior identificou uma face do problema de decisão com o qual se defronta uma família de brasileiros no Japão quanto ao estudo de seus filhos, que tem o potencial de gerar um equilíbrio subótimo no sentido das perspectivas de empregabilidade e ascensão social no Japão. De fato, prevendo o custo psicológico do estudo na escola japonesa, as dificuldades de adaptação da criança a essa escola, e a consequente possibilidade de abandono total dos estudos, os pais podem preferir enviar seus filhos à escola brasileira, mesmo sabendo que essa decisão reduzirá a probabilidade de suas crianças conseguirem acesso a ensino superior de qualidade que abriria as portas para um emprego de maior qualidade, status social e remuneração.

A questão que se coloca, então, é: O que pode ser feito para estimular as famílias brasileiras a trilharem com segurança o caminho que levará ao estudo superior de qualidade?

Nesta seção estudamos a escola verdadeiramente bilíngue como possível resposta a essa questão. A escola bilíngue é aquela que segue os dois currículos nacionais, o japonês e o brasileiro, e que garante um nível de aprendizado do currículo japonês compatível com aquele obtido na escola japonesa e um nível de aprendizado do currículo brasileiro compatível com aquele ensinado no Brasil.

Primeiramente introduzimos no modelo original essa opção aos pais e mostramos que, caso eles possam arcar com os custos associados a essa instituição, então a escola bilíngue tende a resolver o problema identificado. Argumentamos em seguida que o modelo considerado é essencialmente aquele de uma escola de elite, cara, de difícil acesso a boa parte da comunidade brasileira no Japão que, apesar de garantir boa renda, não chegou à posição de alta renda, em geral. Concluímos assim que a solução da escola bilíngue é adequada e aplicável, mas não acessível a grande parte dos potenciais usuários, não sendo, então um substituto adequado à escola japonesa⁵. Mais ainda, mostramos que sem a devida característica elitista (alto custo das mensalidades), uma tentativa de se expandir esse tipo de escola pode resultar em uma situação duplamente prejudicial para as crianças, que terminam a escola com baixa proficiência tanto no currículum japonês como no brasileiro.

4.2. Modelagem: A opção pela escola bilíngue

⁵ Essa é uma das principais razões pelas quais se encontram poucas escolas bilíngues em qualquer cidade no mundo.

A Figura 3 estende a Figura 2 incluindo nela a escola bilíngue como mais uma alternativa à escola japonesa.

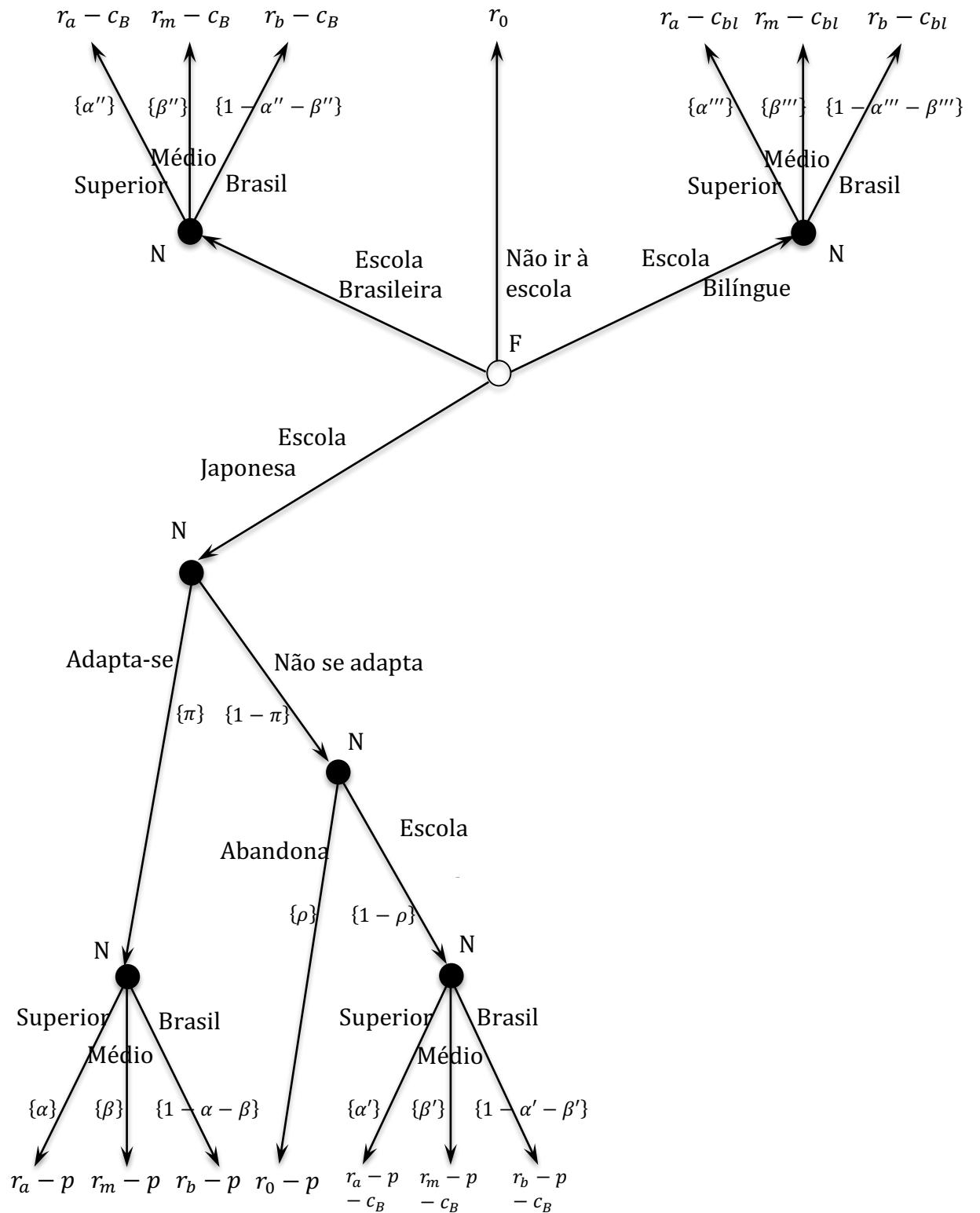
Trata-se do ramo superior, direito da árvore de jogo. Este terceiro ramo de escolha da família se parece àquele da escola brasileira, tendo duas diferenças significantes.

A primeira é o custo c_{bl} de se manter o filho na escola bilíngue. Espera-se que esse custo seja considerável, uma vez que a escola bilíngue capaz de lecionar os currículos japonês e brasileiro completos com a mesma qualidade deve ter algo comparável com o dobro do número de professores de uma escola japonesa comum. É verdade que muitas matérias não serão repetidas. Por exemplo, é possível compatibilizar os currículos de matemática dos dois países de forma a evitar repetições. No entanto é importante lembrar que mesmo no caso da matemática, ainda há diferenças curriculares que obrigarão mais horas de ensino que se apenas um currículo fosse seguido. Os currículos de outras disciplinas, como história e geografia, por exemplo, se diferenciam ainda mais. Seria muito bom se a escola bilíngue pudesse contar com professores também bilíngues que pudessem lecionar os dois currículos nas suas respectivas áreas. Isso, no entanto, não é fácil de se garantir, especialmente nas séries mais avançadas. A escassez de professores com esse perfil, por sua vez, torna essa mão de obra qualificada mais cara, contribuindo para o maior custo dessa escola.

A segunda diz respeito às probabilidades relativas dos diferentes resultados da educação, em termos financeiros: r_a, r_m, r_b . A hipótese que fazemos a esse respeito é que a escola bilíngue gera probabilidades equivalentes à escola japonesa, i.e., $\alpha''' = \alpha, \beta''' = \beta$. Esta hipótese pode ser questionada se considerarmos que a escola japonesa, por dedicar-se exclusivamente ao currículo japonês, consegue melhor preparar os alunos para o mercado japonês. No entanto, deve-se considerar que estamos modelando aqui a escola bilíngue ideal, que se dedica forte e seriamente ao ensino dos dois currículos. Destarte, o desempenho de seus alunos no mercado japonês deve ser próximo daqueles formados em escolas japonesas.

Ademais, deve-se também considerar que o domínio da língua brasileira também abre portas para o aluno brasileiro formado na escola bilíngue, especialmente nas universidades de estudos estrangeiros e em empresas multinacionais. Este último aspecto tende a compensar possíveis desvantagens que subsistam quanto ao currículo japonês.

Figura 3. A escola bilíngue como substituto perfeito à escola japonesa.



Fonte: Elaboração própria

4.3. Resolução

No capítulo anterior resolvemos o jogo com apenas as duas ramas à esquerda da árvore e chegamos aos seguintes retornos esperados:

Opção por deixar o filho em casa:

$$UE(C) = r_0$$

Opção pela escola brasileira:

$$\begin{aligned} UE(B) &= \alpha''r_a + \beta''r_m + [1 - \alpha'' - \beta'']r_b - c_B \\ &= \alpha''r_a + \beta r_m + [1 - \alpha'' - \beta]r_b - c_B \end{aligned}$$

Opção pela escola japonesa:

$$\begin{aligned} UE(J) &= [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi \\ &\quad + [(\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho) + r_0\rho](1 - \pi) - p \end{aligned}$$

Incorporemos agora o retorno esperado de se enviar os filhos à escola bilíngue. Caso opte pela escola bilíngue, o retorno esperado para o pai é:

$$\begin{aligned} UE(bl) &= \alpha'''r_a + \beta'''r_m + [1 - \alpha''' - \beta''']r_b - c_{bl} \\ &= \alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b - c_{bl} \end{aligned}$$

Para simplificar a análise dos casos, supomos que vale a condição $UE(B) > UE(C)$, como discutido no capítulo anterior, ou seja, é melhor enviar o filho à escola brasileira do que deixa-lo em casa.

Comparando as três opções restantes, obtemos os seguintes resultados:

$$B > bl \Leftrightarrow c_{bl} - c_B > (\alpha - \alpha'')[r_a - r_b] \tag{9}$$

$$\begin{aligned} J > bl \Leftrightarrow c_{bl} - p > & [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b][1 - \pi] - r_0(1 - \pi)\rho \\ & - [\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta)r_b](1 - \pi)(1 - \rho) \end{aligned} \tag{10}$$

A condição (9) acima diz que se o custo (financeiro) adicional da escola bilíngue ultrapassar o benefício salarial esperado marginal (o adicional de probabilidade $(\alpha - \alpha'')$) de conseguir um salário melhor comparado com o pior ($r_a - r_b$), então a família preferirá encaminhar o filho para a escola brasileira mais barata.

O termo à esquerda da condição (10) é o custo adicional líquido da escola bilíngue em relação à escola japonesa. Como no caso da escola japonesa há o custo de adaptação, p , esse custo deve ser subtraído do custo financeiro da escola

bilíngue. Já o termo à direita reflete primeiramente o ganho adicional de renda da escola bilíngue devido ao fato de que não mais existe o problema de adaptação (primeiro somando) ao qual se subtrai a renda esperada quando não há adaptação à escola japonesa (segundo e terceiro somandos).

A análise dessas duas condições sugere que se o custo financeiro adicional c da escola bilíngue for muito elevado, a família preferirá uma das outras duas alternativas à escola bilíngue. Suponha, por exemplo, que valha a condição (7). Então, se a condição (9) também for válida, a família optará por colocar o filho na escola japonesa clássica, mesmo tendo a opção da escola bilíngue.

A Tabela 1 abaixo apresenta todas as possíveis configurações relativas dos parâmetros e as consequentes escolhas das famílias, em que $\neg(X)$ significa a relação oposta à condição (X); por exemplo, $\neg(7) \Leftrightarrow (8)$. Por simplicidade, excluímos da análise os casos de indiferença.

Tabela 1. Os parâmetros do problema e as respectivas decisões quanto ao estudo das crianças brasileiras no Japão.

Caso	Comparação	$B & J$	$B & bl$	$bl & J$	Decisão
A	Condição	(7)	(9)	(10)	B
	Interpretação	$B > J$	$B > bl$	$J > bl$	
B	Condição	(7)	(9)	$\neg(10)$	B
	Interpretação	$B > J$	$B > bl$	$bl > J$	
C	Condição	(7)	$\neg(9)$	$\neg(10)$	bl
	Interpretação	$B > J$	$bl > B$	$bl > J$	
D	Condição	$\neg(7)$	(9)	(10)	J
	Interpretação	$J > B$	$B > bl$	$J > bl$	
E	Condição	$\neg(7)$	$\neg(9)$	(10)	J
	Interpretação	$J > B$	$bl > B$	$J > bl$	
F	Condição	$\neg(7)$	$\neg(9)$	$\neg(10)$	bl
	Interpretação	$J > B$	$bl > B$	$bl > J$	

Fonte: Elaboração própria

Os casos A e B correspondem à situação em que o custo da escola bilíngue é muito elevado, de forma que, mesmo que a escola bilíngue seja preferida à escola japonesa (caso B), a família ainda prefere a escola brasileira.

Os casos C e F correspondem às situações em que a escola bilíngue consegue oferecer seus serviços a baixo custo, de forma que, independentemente

da família preferir a escola brasileira à japonesa ou vice-versa, as vantagens da escola bilíngue se sobressaem às duas.

Finalmente, os casos D e E correspondem às situações em que o custo de adaptação à escola japonesa é baixo, bem como o risco de abandono dessa escola, de forma que sua gratuidade faz com que as famílias prefiram colocar seus filhos nessa escola, mesmo que a escola bilíngue seja superior à escola brasileira (caso E).

4.4. Discussão: Uma alternativa limitada

Existem exemplos de escolas bilíngues funcionando bem no mundo. Em Brasília, a “Escola das Nações/School of the Nations” (www.schoolofthenations.com.br) funciona com essa filosofia desde 1980 ensinando nas línguas inglesa e portuguesa. Em Manaus, inicia suas atividades neste dia 15 de fevereiro de 2016 a primeira escola pública bilíngue português-japonês, a Escola Estadual de Tempo Integral Bilíngue Português/Japonês Professor Djalma da Cunha Batista (<http://saopauloshimbun.com.br/amazonas-inaugura-a-primeira-escola-publica-bilingue-com-idioma-japones/>). Trata-se de uma escola em tempo integral que oferecerá cursos nas duas línguas, ainda que seguindo o currículo brasileiro.

Não consta do conhecimento deste pesquisador a existência no Japão de escolas bilíngues Português-Japonês segundo o conceito estrito aqui definido. Parece haver a nível pré-escolar algumas opções em outras línguas (<http://www.tokyowithkids.com/discussions/messages/151/952.html?1358704423>) mas não a nível mais avançado. Instituto Educacional TS Recreação recentemente inaugurou uma pré-escola bilíngue reconhecida pelo governo japonês, de quem recebe apoio financeiro, e também aberta aos alunos japoneses.

Considerando o reduzido número de escolas bilíngues, parece haver uma oportunidade de negócios proveitosa tanto financeiramente, quanto em termos de garantia de melhor futuro profissional para algumas de nossas crianças, especialmente a nível de ensino formal, ou seja, nível escolar (ensino elementar e médio).

Vale lembrar também que o reduzido número de escolas bilíngues existente está relacionado com os custos envolvidos. A escola pública bilíngue em Manaus acima citada, por exemplo, será uma escola de turno integral. O custo de uma escola bilíngue privada faz com que muitos pais optem por não enviar seus filhos a essa instituição, ou seja, acontece um dos casos A, B, D ou E.

Caso a escola bilíngue interesse número suficiente de famílias e consiga se manter financeiramente, então sua função social estará bem desempenhada, ainda que seu benefício seja provavelmente reduzido a uma elite mais privilegiada financeiramente.

O que ocorrerá caso a escola não consiga um número de alunos suficiente para cobrir os elevados custos associados ao ensino bilíngue? Então a escola terá que se ajustar financeiramente para evitar a falência. Existem duas formas de se fazer isso. A primeira é aumentar substantivamente as mensalidades. Nesse caso, perderá ainda mais alunos, o que pode não resolver sua situação financeira. Caso resolva, então se tornará uma escola ainda menor e voltada para uma classe ainda mais reduzida de cidadãos mais privilegiados financeiramente, acentuando seu caráter de elite.

A segunda é adequar custos, reduzindo o número e/ou a qualidade do corpo docente, juntando turmas de diferentes séries, condensando o programa acadêmico, reduzindo horas de atividade. Muito provavelmente focará suas atividades didáticas mais fortemente em uma das duas línguas, para reduzir a quantidade de professores contratados, afetando fortemente o nível de ensino. Nesse caso, a escola que inicialmente se baseava em proposta curricular arrojada bilíngue, termina impossibilitada de garantir o nível acadêmico almejado, na língua japonesa, na língua portuguesa ou, no pior dos casos, em qualquer das línguas. Considerando as entrevistas realizadas, bem como os relatos encontrados na internet, parece a este pesquisador que as escolas brasileiras existentes na atualidade, ainda que algumas se definam como bilíngues, sofrem dos problemas descritos no parágrafo acima.

Em outras palavras, apesar de sua intenção inicial ambiciosa, a escola bilíngue depende do mercado para se manter. Caso os custos se tornem muito elevados, ocasionando grande abandono de alunos, o resultado final pode vir a ser uma escola bilíngue na intenção, mas uma escola incapaz de oferecer ensino completo em qualquer das duas línguas, gerando o que a mídia japonesa chama de crianças “duplamente limitadas”. Essa situação, que parece ser tragicamente comum no Japão atual (vide <http://elisafuji.blogspot.jp/2010/03/criancas-brasileiras-no-japao.html>), é extremamente preocupante. Do ponto de vista do modelo de teoria dos jogos, o que estaria acontecendo é que as duas ramas mais à direita do jogo descrito na Figura 2 se tornam, ao longo do tempo, essencialmente equivalente, ou seja: $\alpha'' = \alpha'''$ (e $\beta'' = \beta'''$ como antes), de forma que aquilo que possa ter surgido como um substituto perfeito (e até superior, pela facilidade de adaptação dos alunos) à escola japonesa, volta a ser um substituto imperfeito, conforme estudado anteriormente.

Em suma, a presente análise sugere que, quando muito, a escola bilíngue será um mecanismo capaz de beneficiar uma elite de famílias economicamente favorecidas que terão recursos suficientes para manter seus filhos em escola

cara de elevada qualidade acadêmica. No pior dos casos, a escola bilíngue se transformará a médio prazo em escola brasileira, substituta imperfeita da escola japonesa, com o risco de formar cidadãos “duplamente limitados” com insuficiente conhecimento da língua portuguesa, da língua japonesa e do conteúdo curricular, seja ele brasileiro ou japonês.

Portanto, grande parte das famílias, aquelas sem condições financeiras de pagar o custo de uma escola de elite, estarão essencialmente na condição apresentada no capítulo anterior, de forma que os problemas mencionados não serão resolvidos.

A próxima seção apresenta uma proposta alternativa de filosofia de escola brasileira como escola de suporte, complementar à escola japonesa, que tem o potencial de resolver os problemas discutidos anteriormente.

5. Uma solução compatível com os incentivos: A escola brasileira como complemento à escola japonesa

5.1. Introdução

Até o momento, todas as alternativas institucionais à escola japonesa, seja a escola brasileira, seja a escola bilíngue, se configuravam como substitutas à escola japonesa, ou seja, a criança não pode frequentar a escola japonesa. Vimos, no entanto, quem nenhuma das alternativas se configura como imperfeitas por serem ou demasiadamente caras (a escola bilíngue) ou incapaz de oferecer as mesmas perspectivas profissionais futuras.

Analisando cuidadosamente as razões que afastam os alunos da escola japonesa, pudemos identificar os seguintes fatores:

- i) O limitado domínio da língua japonesa dificulta a compreensão do conteúdo acadêmico ensinado, comprometendo o desempenho da criança.
- ii) O desempenho limitado e a dificuldade de comunicação fazem com que os demais alunos os segreguem (*bullying, ijime*).
- iii) O baixo desempenho e a segregação resultante da baixa comunicabilidade reduzem a autoestima das crianças, reforçando seu baixo desempenho acadêmico, seu distanciamento e isolamento do grupo.
- iv) As dificuldades de expressão dos pais na língua japonesa, bem como seus horários rígidos e longos de trabalho, dificultam a comunicação entre pais e mestres e escola, reduzindo a perspectiva de integração da criança no ambiente escolar.
- v) O reduzido domínio da língua japonesa e do conteúdo acadêmico impedem os pais de auxiliar no desenvolvimento das tarefas de casa, reduzindo ainda mais o desempenho escolar das crianças.

Esses fatores todos estão representados no modelo pelo parâmetro p .

Por outro lado, também concluímos que o sucesso na escola japonesa garante a melhor perspectiva de sucesso profissional futuro para as crianças. Portanto, caso os fatores acima possam ser minimizados, então existe a perspectiva de mudança na decisão das famílias.

Nesta seção apresentamos uma nova alternativa, de um modelo adicional de escola brasileira, que tem as seguintes características:

- i) É compatível com a frequência das crianças na escola japonesa.
- ii) Possibilita um melhor desempenho acadêmico das crianças na escola japonesa.

- iii) Possibilita uma melhor comunicação entre pais brasileiros e escola japonesa.
- iv) Fortalece a autoestima das crianças brasileiras.
- v) Usa de forma mais eficiente e concentrada os recursos da escola brasileira, de forma a não aumentar o custo, nem para os pais, nem para as próprias escolas, em comparação com o modelo tradicional de escola brasileira.
- vi) Permite a manutenção do modelo atual de escola brasileira como substituto da escola japonesa, pois o horário horário desta nova escola é complementar. Portanto, uma escola brasileira tradicional pode adotar o novo modelo sem abrir mão de sua estrutura atual.

5.2. Modelagem

A Figura 4 apresenta o novo modelo de escola proposto. Esta escola é voltada para os alunos brasileiros que vão à escola japonesa. Após a escola japonesa, esses alunos se dirigem à escola brasileira, onde receberão atenção em um sistema do tipo “*after school*”. A diferença deste modelo de *after school* com aquele já adotado por algumas escolas brasileiras no Japão, é que o foco não será o currículo acadêmico brasileiro. O foco será no seguinte tripé:

- (1) Criar uma estrutura de suporte acadêmico para o sucesso na escola japonesa.
- (2) Criar uma estrutura de suporte psicológico para o sucesso na escola japonesa e no dia-a-dia.
- (3) Manter a língua portuguesa como língua de herança e reforçar a herança cultural brasileira.

O suporte acadêmico será dado por professores bilíngues que consigam reforçar o conteúdo ensinado na escola japonesa, ou ainda por professor japonês com o apoio de intérprete brasileiro. Para uma escola menor, alunos de diversas séries poderão estar juntos na mesma sala, o que fará com que o suporte seja baseado na demanda dos alunos, das suas dúvidas quanto ao conteúdo recém aprendido, das dúvidas na resolução dos deveres de casa. Para uma escola maior, alunos de mesma série estarão juntos, facilitando a coordenação da revisão do conteúdo.

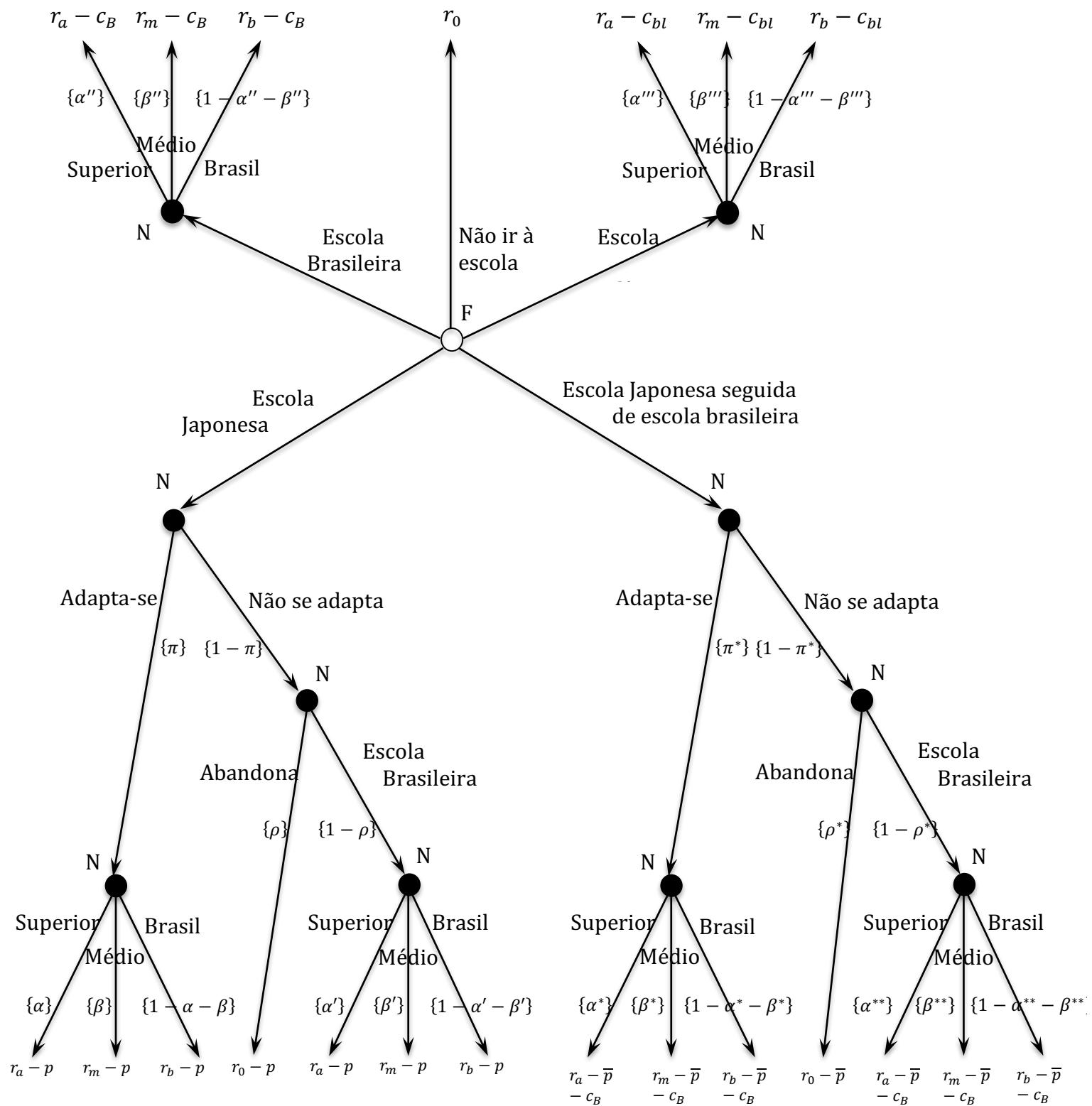
Para disciplinas universais como matemática ou computação, os próprios professores da escola brasileira diurna poderão também trabalhar nessa escola que se inicia após a escola japonesa. Para matérias mais específicas, como a língua japonesa, um esforço adicional será necessário para selecionar professores que conheçam minimamente a língua portuguesa para ensinar aos alunos brasileiros em ambiente adequado, ou ainda para encontrar intérpretes qualificados.

O suporte psicológico é tão importante quanto o suporte acadêmico e deve ser oferecido por psicólogos e/ou psicopedagogos, que devem garantir um ambiente acolhedor e de reforço da autoestima dos alunos. Devem servir de interlocutores entre os alunos, os pais e a escola japonesa, oferecendo serviços de tradução de mensagens enviadas pela escola japonesa aos pais brasileiros ou mesmo participar de reuniões com profissionais da escola japonesa. De suma importância é a ação dos psicólogos no sentido de ajudar os alunos a entenderem que suas particularidades, que geram algumas dificuldades na escola japonesa em termos de entendimento e de desempenho acadêmico, também são uma força, uma vantagem em termos de experiência, de flexibilidade, de conhecimento de uma cultura distinta e abertura de espírito que lhes colocam potencialmente à frente dos colegas na escola japonesa.

Finalmente, um horário deverá ser reservado para o reforço da língua portuguesa como língua de herança, além do reforço da herança cultural brasileira, visando manter o vínculo da criança com o país de seus pais.

Este modelo de escola está representado na rama inferior direita da árvore de jogo na Figura 4. Vê-se que se trata essencialmente de uma réplica da rama esquerda em que o aluno vai apenas para a escola japonesa. Assim como quando a criança vai apenas para a escola nipônica, há a possibilidade de não adaptação e, portanto, abandono dessa escola, havendo mesmo a possibilidade de abandono total dos estudos. No caso de não adaptação, a criança ainda tem a possibilidade de mudar para uma escola brasileira tradicional, que a acolherá em substituição à escola japonesa.

Figura 4. O novo modelo de escola brasileira de suporte cidadão.



Fonte: Elaboração própria

A principal diferença entre esses dois ramos são as probabilidades de

adaptação à escola japonesa π^* , de abandonar os estudos, ρ^* , bem como as probabilidades de sucesso profissional futuro, α^* , β^* , α^{**} , β^{**} e os custos (psicológicos) \bar{p} associados à escola japonesa quando a criança frequenta a escola brasileira *after school*.

A seguir discutimos cada um desses novos parâmetros.

Em primeiro lugar, e esse é um dos principais papéis do novo modelo de escola, a escola brasileira ao apoiar o aluno acadêmica e psicologicamente o aluno brasileiro, reduz fortemente o custo psicológico de frequentar a escola japonesa, ou seja, $\bar{p} \ll p$. Por essa mesma razão, reduz a probabilidade da criança não se adaptar à escola japonesa, ou seja, $\pi^* \gg \pi$. Ademais, mesmo no caso da criança não se adaptar, a existência de ambiente culturalmente reconfortante na escola brasileira *after school*, além do acompanhamento psicológico que lá é feito, reduz as probabilidades da criança abandonar totalmente a escola, ou seja, $\rho^* \ll \rho$.

Resta agora discutir as probabilidades $\alpha^*, \beta^*, \alpha^{**}, \beta^{**}$. Parece natural esperar que, tendo o apoio adicional da escola brasileira *after school*, as probabilidades no ramo inferior direito são mais favoráveis ao sucesso que no ramo inferior esquerdo. No entanto, para facilitar a análise, supomos identidade entre essas probabilidades, ou seja, $\alpha^* = \alpha$, $\beta^* = \beta$, $\alpha^{**} = \alpha'$, $\beta^{**} = \beta'$. Note que esta hipótese torna o novo modelo aqui proposto menos atraente. Portanto, caso concluamos que o novo modelo é preferido pela família, esse resultado representará ainda mais fortemente as vantagens da proposta.

5.3. Resolução

Neste modelo mais rico e abrangente em termos de oportunidades de escolha da família. As opções, e suas respectivas utilidades esperadas são agora:

(i) Manter o filho em casa:

$$UE(C) = r_0$$

(ii) Enviar o filho à escola brasileira em substituição à japonesa:

$$\begin{aligned} UE(B) &= \alpha''r_a + \beta''r_m + [1 - \alpha'' - \beta'']r_b - c_B \\ &= \alpha''r_a + \beta r_m + [1 - \alpha'' - \beta]r_b - c_B \end{aligned}$$

(iii) Enviar o filho somente à escola japonesa:

$$UE(J) = [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi + [(\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho) + r_0\rho](1 - \pi) - p$$

(iv) Enviar o filho à escola bilíngue:

$$\begin{aligned}UE(bl) &= \alpha'''r_a + \beta'''r_m + [1 - \alpha''' - \beta''']r_b - c_{bl} \\&= \alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b - c_{bl}\end{aligned}$$

(v) Enviar à escola brasileira de reforço após a escola japonesa:

$$UE(BJ) = [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi^* + [(\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho^*) + r_0\rho^*](1 - \pi^*) - \bar{p} - c_B[\pi^* + (1 - \pi^*)(1 - \rho^*)]$$

Considerando as análises anteriores que sugerem o custo elevado da escolas bilíngues, faremos apenas a comparação entre as seguintes opções: Escola japonesa, escola brasileira como substituto, escola brasileira *after school*. Mais precisamente, estamos interessados na situação em que a família prefere a escola brasileira tradicional à escola japonesa, ou seja, supomos que vale a seguinte condição:

$$UE(B) > UE(J):$$

$$p - c_B >$$

$$\begin{aligned} &[\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi \\ &+ [(\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho) + r_0\rho](1 - \pi) \\ &- [\alpha''r_a + \beta''r_m + (1 - \alpha'' - \beta'')r_b]\end{aligned}$$

Comparando as opções (iii) e (iv), ou seja, escola japonesa versus escola japonês e brasileira, vemos facilmente que, como $\pi^* \gg \pi$ e $\rho^* \ll \rho$, então:

$$\begin{aligned} &[\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi^* \\ &+ [(\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho^*) + r_0\rho^*](1 - \pi^*) > \\ &[\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi \\ &+ [(\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho) + r_0\rho](1 - \pi)\end{aligned}$$

Portanto, se $p > \bar{p} + c_B[\pi^* + (1 - \pi^*)(1 - \rho^*)]$, então as famílias preferirão ao novo modelo a enviar os filhos somente à escola japonesa.

Observe que, como $\bar{p} \ll p$, a condição acima é facilmente satisfeita. Ela diz que o custo adicional com a escola brasileira, descontado dos benefícios futuros em termos de probabilidade de sucesso, é suficientemente baixo para que, somado ao reduzido custo psicológico \bar{p} , não ultrapasse o custo psicológico do impacto da escola japonesa sem o apoio da escola brasileira *after school*.

Vale notar que se trata de uma condição suficiente, mas não necessária. Isso porque há o benefício adicional do maior salário esperado com essa escolha.

Comparando agora com a escola brasileira tradicional, temos que o novo modelo será preferível ao anterior se:

$$\begin{aligned} &[\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi^* \\ &+ [(\alpha'r_a + \beta'r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho^*) + r_0\rho^*](1 - \pi^*) \\ &- [\alpha''r_a + \beta''r_m + (1 - \alpha'' - \beta'')r_b] > \bar{p} - c_B[1 - \pi^* - (1 - \pi^*)(1 - \rho^*)]\end{aligned}$$

Vale notar que o termo à direita da desigualdade é bem menor que $p - c_B$. Como o termo à esquerda se encontra aumentado em relação ao termo correspondente à escola japonesa sem *after school*, então esta condição se realizará com alta probabilidade.

De fato, esperamos que valham as seguintes desigualdades:

$$\begin{aligned}
 & [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi^* \\
 & + [(\alpha' r_a + \beta' r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho^*) + r_0\rho^*](1 - \pi^*) - \bar{p} \\
 & - c_B[\pi^* + (1 - \pi^*)(1 - \rho^*)] \\
 & > \alpha'' r_a + \beta'' r_m + [1 - \alpha'' - \beta'']r_b - c_B > \\
 & [\alpha r_a + \beta r_m + (1 - \alpha - \beta)r_b]\pi \\
 & + [(\alpha' r_a + \beta' r_m + (1 - \alpha' - \beta')r_b)(1 - \rho) + r_0\rho](1 - \pi) - p
 \end{aligned}$$

A condição acima equivale a dizer que:

$$UE(JB) > UE(B) > UE(J) \quad (*)$$

Ou seja, o modelo tradicional de escola brasileira como substituto à escola japonesa é preferível à escola japonesa devido ao elevado custo psicológico de adaptação e os riscos de abandono. No entanto, a escola japonesa complementada pela escola brasileira em novo modelo de *after school* se configura como a melhor das opções, pois garante o melhor de dois sistemas: garante a melhor formação acadêmica do sistema japonês, e garante uma melhor adaptação à escola do sistema brasileiro.

Chamamos a condição (*) de condição de compatibilidade de incentivos da escola brasileira complementar. É justamente para essas famílias para as quais a condição (*) é satisfeita que a nova proposta de escola brasileira será extremamente importante, e garantirá um futuro promissor para os brasileiros no Japão.

5.4. Discussão

É importante entender alguns aspectos fundamentais relacionados ao novo modelo de escola brasileira aqui proposto, que o tornam particularmente desejável na situação pela qual passam as escolas brasileiras atualmente.

(i) Em primeiro lugar, o modelo não necessariamente envolve custos adicionais, nem para as famílias, nem para as escolas. De fato, como esse modelo permite às escolas funcionarem em horário reduzido, estas economizarão custos, tanto com

a manutenção, como com o pagamento de funcionários. Essa economia pode ser direcionada para contratação de professores mais preparados para o novo modelo e de psicólogos. Portanto, não há necessidade de aumento de mensalidades.

(ii) Caso exista número suficiente de alunos ainda desejosos de permanecer na escola brasileira em tempo integral, o modelo de escola substituta à japonesa, uma mesma escola pode expandir suas atividades oferecendo os dois modelos, para grupos de alunos distintos. Chamo a atenção de que algo nessa direção já ocorre em algumas escolas brasileiras que oferecem curso integral seguindo o currículo brasileiro, e “*after school*” de língua portuguesa para aqueles que vão para a escola japonesa.

(iii) Portanto, a proposta não implica no fechamento do modelo de escola substituta. Caberá a cada escola verificar que modelo será mais adequado para as necessidades de seus alunos, podendo inclusive, conforme dito acima, manter os dois modelos.

(iv) A comunidade brasileira no Japão é extremamente dinâmica e sua realidade muda muito rapidamente. Em menos de 10 anos passamos de um número de aproximadamente 300 mil brasileiros para aproximadamente 170 mil, após o choque financeiro internacional. Essa redução do número de brasileiros no Japão necessariamente obrigada as escolas brasileiras a se reestruturarem. Muitas podem deixar de ter número de alunos suficiente para a manutenção de uma escola de tempo integral. A opção pela “*after school*”, ao reduzir custos, pode vir a ser uma solução para os problemas financeiros enfrentados por algumas dessas escolas.

(v) Quanto mais os brasileiros se adaptarem à sociedade japonesa, menor será o custo psicológico associado à escola nipônica, o que poderá gerar uma tendência natural à redução de famílias interessadas no sistema de turno integral. Novamente, a “*after school*” se configuraria como uma solução para essa redução de alunos no modelo tradicional, uma vez que, mesmo adaptados à língua e cultura japonesa, os descendentes de brasileiros continuarão interessados na manutenção da herança linguística e cultural de seus antepassados.

(vi) O conceito de *after school* já existe no Japão e é estimulado pelo ministério da educação japonês. Trata-se do sistema **Gakudou hoiku:** 学童保育. O fato do sistema ter apoio governamental, significa que, a médio prazo, a escola brasileira pode vir a se qualificar para receber recursos financeiros do governo japonês, o que resolverá as dificuldades financeiras pelas quais passam essas instituições.

(vii) Como a proposta não implica em obrigatoriedade de mudança imediata de modelo, ela satisfaz a condição de Racionalidade Individual e aquelas escolas que optarem pela mudança voluntária estarão satisfazendo a condição de Compatibilidade de Incentivos.

(viii) O apoio financeiro, por meio de bolsas de estudo aos alunos, como no caso da Mitsui/ABIC, favorece a escola brasileira sobre a escola japonesa. Se os alunos brasileiros puderem usar algum tipo de bolsa também para o novo modelo, então esse modelo se tornará ainda mais atraente, aumentando ainda mais a quantidade de alunos que optarão pelo novo modelo e, consequentemente, com maiores expectativas de sucesso profissional futuro.

(ix) Há ainda a possibilidade do modelo se expandir para incorporar outras nacionalidades além da brasileira, como já faz a ONG No Borders⁶. Essa expansão também contribuirá para a estabilidade financeira da escola.

Ademais, vale ressaltar os benefícios desse modelo para as crianças brasileiras e suas famílias, especialmente na situação em que se encontram atualmente.

(i) Passagem da 2^a. para a 3^a. geração de brasileiros no Japão (Nakaema, 2014). Atingimos uma fase da presença de brasileiros no Japão em que há grande número de pais nascidos no próprio Japão, que têm menor domínio da língua portuguesa. Ademais, esses pais ainda têm maior facilidade de apoiar a adaptação dos filhos por conhecerem melhor a cultura japonesa que a primeira geração. Por essas razões, para muitas crianças, o português agora deve ser ensinado como língua estrangeira. Finalmente, essas famílias têm maior perspectiva de permanecer no Japão que a primeira geração de decasséguis.

(ii) O sistema educacional japonês é um dos melhores do mundo. Enquanto o Brasil sempre fica nos últimos lugares no PISA, o Japão sempre fica entre os primeiros. No teste de 2015 o Japão ficou em segundo lugar na área de ciências com 538 pontos, enquanto o Brasil com 401 pontos somente ficou acima de 7 países pouco desenvolvidos⁷. Parte da razão do fracasso do Brasil no PISA é justamente esse mesmo currículo que se tenta ensinar aqui no Japão, e que está sendo atualmente reformado. Portanto, é uma oportunidade perdida insistir em um modelo em reforma e abrir mão de um modelo consolidado de sucesso.

(iii) Os custos para os pais diminuirão, pois as horas serão reduzidas, permitindo assim cobrir os custos de transporte, por exemplo. Em pesquisa desenvolvida por este pesquisador com apoio da Embaixada do Brasil em Tóquio constatou-se que os programas de *after school*, quando disponíveis, cobravam, em média uma mensalidade de 17780 ienes enquanto as escolas brasileiras em tempo integral cobravam em média mensalidades de 39140 ienes.

(iv) O apoio acadêmico do *after school* possibilitará um melhor desempenho do aluno, reduzindo a evasão da escola japonesa. Com uma melhor formação no

⁶ <https://www.npo-no-borders.com/portugu%C3%AAs/>

⁷ Vide: <https://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-results-in-focus.pdf>

japonês, os brasileiros terão melhores condições de concorrer no mercado de trabalho japonês, obtendo assim maiores perspectivas de ascensão social.

(v) As escolas públicas japonesas também avançaram muito em suas capacidades de apoiar as crianças estrangeiras nesses 27 anos de aplicação da reforma da lei de imigração. Com a emergência e a profissionalização dos programas de Classe Internacional nessas escolas, a criança brasileira já terá um apoio de língua portuguesa e um apoio de conteúdo acadêmico na própria escola japonesa, de forma que uma instituição reforçará a outra, aumentando o aproveitamento da criança nas duas instituições.

Finalmente, convém ressaltar que o novo modelo apresenta benefícios inclusive para o Japão, conforme descrito brevemente a seguir.

(i) Ao propiciar a formação de cidadão seguindo o currículo japonês, o modelo oferece cidadãos mais bem preparados para o mercado de trabalho japonês, contribuindo para o aumento da produtividade e da competitividade da economia local.

(ii) Ao facilitar a integração, o modelo contribui para a redução das tensões sociais, reduzindo as dificuldades dos brasileiros se integrarem à sociedade em que, para muitos, é onde nasceram e cresceram.

(iii) Em consequência, também serão reduzidos os custos com a criminalidade, que, no caso dos brasileiros, é parcialmente uma consequência da falta de adaptação à sociedade japonesa.

(iv) Finalmente, vale notar que os brasileiros no Japão têm uma taxa de fertilidade maior que os japoneses (Sakamoto, 2014), de forma que sua permanência no país implica em redução do elevado custo associado ao envelhecimento populacional.

6. Desafios para a implantação

A análise pregressa enfoca os aspectos positivos do novo modelo de escola brasileira *after school*, como complemento no lugar de substituto à escola japonesa. O modelo proposto traria benefícios gerais, tanto para as famílias, como para as escolas e mesmo para o Japão. Diante disso, surge naturalmente a seguinte questão: Porque esse não é, atualmente, o modelo dominante de escola brasileira no Japão?

Qualquer resposta simples a essa indagação será seguramente incompleta, uma vez que se trata de uma questão extremamente complexa. No entanto, pode-se enumerar os seguintes pontos.

- (i) Existe um custo inicial de implementação relacionado ao planejamento, à seleção e contratação de professores, ao aluguel de espaço físico caso o espaço que é usado atualmente não esteja disponível.
- (ii) Existe um custo de transporte para a escola brasileira após a escola japonesa que pode vir a reduzir a demanda pelo novo modelo. Vale notar que algumas escolas japonesas se encontram em locais distantes dos centros das cidades, o que torna mais difícil o acesso.
- (iii) Há incerteza geral quanto à demanda por esse tipo de serviço e também quanto à capacidade administrativa da escola de implementar esse novo modelo.
- (iv) Existe a preocupação de sobrecarga excessiva imposta aos alunos brasileiros em termos de tempo de estudo quando estes vão à escola brasileira após a escola japonesa.
- (v) Existe a preocupação de que as atividades extracurriculares (“club activities”) de que os alunos participam após o horário escolar regular impeça estas crianças de ir à escola brasileira.
- (vi) Algumas direções de escola têm uma visão profundamente arraigada de que é fundamental para a criança brasileira passar o dia em um ambiente em que a língua dominante seja a língua portuguesa e, portanto, se opõem, por princípio, a dividir o tempo da criança com a escola japonesa.
- (vii) Algumas escolas foram surgindo a partir da experiência pessoal de seus diretores, sem que houvesse uma gestão profissional do empreendimento. Nesses casos, a inovação, ainda que possível de gerar benefícios inclusive para a estabilidade financeira da instituição, tende a assustar os dirigentes.
- (viii) Pesquisa conduzida por este pesquisador com auxílio da Embaixada do Brasil em Tóquio sugere que as mensalidades do modelo *after school* seria aproximadamente a metade da mensalidade do modelo tradicional de tempo integral. Portanto, alguns diretores de escola podem temer redução de receita, caso esse modelo se torne dominante.

(ix) O principal programa de apoio por meio de bolsas existente, capitaneado pela Mitsui, se assenta no apoio às escolas que oferecem o modelo tradicional, de forma que, inicialmente, não haveria bolsas desse programa para escolas oferecendo o sistema de *after school*.

Todos os pontos enumerados são passíveis de rejeição caso seja feita uma avaliação mais profunda dos *trade-offs* envolvidos na adoção do novo modelo. No entanto, é fundamental entender que visões arraigadas demandam muito tempo para serem modificadas. Não é raro que setores inteiros da economia desapareçam por se recusarem a aderir a inovações que, ao final, os tornam obsoletos. A opinião deste pesquisador é que à medida que as escolas japonesas aperfeiçoem seus programas internacionais, os próprios pais buscarão cada vez mais o modelo *after school*, de forma que, se as escolas atuais não se adaptarem a ele, outros empresários, inclusive de origem não-brasileira, ocuparão esse espaço, tirando proveito dessa oportunidade de negócio.

Enquanto essa tendência natural não se materializa, no entanto, nossas crianças continuam perdendo a oportunidade de acesso a um dos melhores sistemas de ensino do mundo, bem como a oportunidade de uma maior integração no mercado de trabalho japonês. Para reduzir esse tempo, um mecanismo adequado de incentivos deve ser desenvolvido. A próxima seção apresenta uma proposta para um tal mecanismo.

7. Proposta para a alavancagem do modelo proposto

7.1. Características do modelo proposto

Assim como o modelo atual de escola brasileira de tempo integral depende significativamente de um sistema de bolsas aos alunos, para que o setor ouse investir no novo modelo, alguma segurança deve ser-lhe oferecida. Este trabalho propõe que essa segurança tome a forma de um novo sistema de bolsas de estudo, nos moldes da bolsa capitaneada ABIC/Mitsui, mas voltada às crianças que se comprometem a seguir o modelo: “Escola japonesa seguida de escola brasileira *after school*”. O sistema de bolsas deverá ter as seguintes características.

Para os alunos:

- (i) Os recipientes deverão se matricular tanto na escola japonesa, em período regular, como na escola brasileira, em período *after school*.
- (ii) O critério de seleção será a necessidade, dada a exigência em (i).
- (iii) Os critérios de permanência serão a necessidade e o desempenho acadêmico na escola japonesa.
- (iv) O abandono da escola japonesa ou da brasileira implicará em perda da bolsa.

Para as escolas:

- (i) As escolas em que os alunos poderão usar a bolsa deverão oferecer o programa de *after school* nos moldes aqui propostos.
- (ii) O critério de seleção da escola será a qualidade do programa de *after school* proposto, qualidade essa que será periodicamente avaliada.
- (iii) Os critérios de permanência no programa para a escola serão a necessidade e o desempenho de seus alunos na escola japonesa.

Vale notar que, no modelo proposto, não há a necessidade da instituição receptora da bolsa ser denominada de escola. De fato, uma ONG como a *No Borders* aparece como a instituição natural para oferecer o programa proposto, tendo, naturalmente, todas as qualificações para receber os alunos agraciados com a nova modalidade de bolsa.

7.2. Os valores da bolsa

A ONG *No Borders* desenvolve um programa de acompanhamento do tipo *after school* muito próximo do modelo proposto neste estudo (<https://www.npo->

no-borders.com/portugu%C3%AAs/, cobrando uma taxa extremamente baixa de 8000 ienes por mês. Consideremos que o programa ora proposto ofereça uma bolsa 20000 ienes por mês. Então cada aluno custaria 240 mil ienes por ano.

O programa de bolsas poderia ser implementado progressivamente, de forma a avaliar cuidadosamente sua implantação. A proposta é que inicie com um total de 50 alunos no primeiro ano, o que demandaria 12.000.000 ienes, o equivalente a aproximadamente 100,000.00 dólares americanos. Esse programa poderia ser ampliado progressivamente, podendo atingir 100 alunos ao um custo de aproximadamente 200 mil dólares americanos.

7.3. Financiamento do novo programa de bolsas proposto

O novo programa de bolsas deverá ser novo e não retirar recursos do programa ABIC/Mitsui. Essa sugestão se fundamenta nas seguintes considerações. Em primeiro lugar, qualquer remanejamento dos recursos atuais nessa direção tenderia a causar grande oposição por parte dos atuais beneficiários, o que poderá gerar um conflito de interesses não saudável para o novo programa proposto. Em segundo lugar, é muito bom, do ponto de vista de avaliação científica de programas, que os dois modelos subsistam para que, a médio prazo, possa-se comparar os resultados de cada um deles com o instrumental da teoria de avaliação de projetos, de forma a determinar qual deles, na prática, gera maior benefício às famílias brasileiras no Japão. Finalmente, em terceiro lugar, já existe hoje grande centralização do programa de bolsas e uma maior descentralização pode ser benéfica.

A proposta é que se consiga fontes novas de financiamento, por meio de contato com instituições que ainda não contribuem com a comunidade brasileira no Japão, mas que dela se beneficiam, como as grandes empresas automobilísticas e de eletrônica, por exemplo.

Pode-se ainda buscar financiamento no Brasil. Sugiro, em particular, buscar parceria com a Fundação Educar DPaschoal (<http://www.educardpaschoal.org.br/proposito.php>) e, sobretudo, a Fundação Lemann (<http://www.fundacaolemann.org.br/>), que muito se preocupa com a escolarização das crianças brasileiras. Sugiro ainda contactar o Movimento Todos Pela Educação (<https://www.todospelaelucacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>).

Pode-se ainda iniciar uma campanha pulverizada, visando sobretudo a comunidade de empresários brasileiros no Japão, do tipo “Garanta o futuro de uma criança brasileira no Japão”. Se o valor da bolsa de 1 aluno for de 20000 ienes, então um empresário que adote 1 aluno estará desembolsando a quantia

de 240000 ienes por ano, o que equivale aproximadamente ao salário de um único mês de um empregado típico.

8. Conclusão

O presente trabalho buscou avaliar os incentivos à escolarização de crianças brasileiras no Japão, tendo por objetivo final maximizar o bem-estar das famílias brasileiras residentes no Japão. O instrumental da análise consistiu da Teoria dos Jogos e da Teoria de Desenhos de Mecanismos. O principal resultado obtido foi que, apesar da escola brasileira de tempo integral cumprir um importante papel na escolarização das crianças brasileiras, ela é incompatível com o aproveitamento do sistema educacional público japonês, que tem se mostrado um dos melhores do mundo de acordo com os exames internacionais PISA.

De forma a proporcionar às crianças melhor acesso a esse sistema educacional, foi proposto o modelo de escola brasileira complementar à escola japonesa. Nesse modelo, a criança vai à escola japonesa no turno regular e, em seguida, se dirige à escola brasileira em regime de *after school*, onde recebe: apoio acadêmico para o melhor entendimento do conteúdo da escola japonesa; apoio psicológico para enfrentar em melhores condições os desafios que a escola japonesa representa; e manutenção da língua portuguesa e da cultura brasileira de herança.

Os modelos formais estudados sugerem que o formato *after school* aumenta o bem-estar social das famílias brasileiras no Japão em comparação com os demais formatos estudados, e, portanto, deve ser estimulado.

A pesquisa conclui com uma proposta de criação de um sistema de bolsas de estudo dirigido exclusivamente aos alunos que enfrentam o desafio de estudar na escola japonesa, recebendo em seguida o apoio da escola brasileira e regime de *after school*, de forma a fomentar uma disseminação mais rápida do novo modelo de escola brasileira.

À guisa de conclusão, é a opinião deste pesquisador que o brasileiro no Japão pode ir muito longe, social e economicamente, desde que lhe sejam dadas as condições de competir em pé de igualdade com seus concorrentes locais. O modelo proposto visa justamente propiciar-lhe essas condições de sucesso.

Referências

- Amazonas, Governo do Estado (2016). "Amazonas terá primeira escola pública bilíngue com idioma japonês, a ser inaugurada no início do ano letivo na rede estadual de ensino". [Online], 19/01/2016. URL:
<http://www.amazonas.am.gov.br/2016/01/amazonas-tera-primeira-escola-publica-bilingue-com-idioma-japones-a-ser-inaugurada-no-inicio-do-ano-letivo-na-rede-estadual-de-ensino/>
- Bugarin, M. (2016) " Escola japonesa ou escola brasileira? A inserção dos estudantes brasileiros na escola no Japão". Relatório preliminar de pesquisa. Embaixada do Brasil em Tóquio.
- Connection.Tokyo (2015). "Japão Quase 10 mil alunos brasileiros no Japão com problemas de aprendizado nas escolas japonesas". [Online], URL:
<http://connexion.tokyo/proximo-de-30-mil-alunos-estrangeiros-estao-problemas-de-aprendizagem-nas-escolas-japonesas-perto-de-30-sao-brasileiros-entenda-porque/>
- Connexion.tokyo team (2015). "Estrangeiro no Japão avaliando seus 9 anos de dekassegui". Connexion.tokyo [Online], 9/12/2015. URL.
<http://connexion.tokyo/estrangeiro-no-japao-avaliando-seus-9-anos-de-dekassegui/>
- Cornelius, W. "Japan: The Illusion of Immigrant Control". In: CORNELIUS, W.; MARTIN, P. L.; HOLLIFIELD, J. F. (Ed.) *Controlling Immigration – A Global Perspective*. Stanford (California): Stanford University Press, 1995. p. 375-414.
- Cox, Wendell (2011). "Japan's 2010 census: Moving to Tokyo". *New Geography* [Online], 10/5/2011. URL: <http://www.newgeography.com/content/002227-japan%E2%80%99s-2010-census-moving-tokyo>
- Espaço comunidade (2015). "Como as escolas brasileiras no Japão poderiam atuar na educação das crianças?". Connexion.tokyo [Online], 2/4/2015. URL:
<http://connexion.tokyo/como-as-escolas-brasileiras-no-japao-poderiam-atuar-na-educacao-das-criancas/>
- Fuji, Elisa. "Crianças brasileiras no Japão". [Online], 23/3/2010. URL:
<http://elisafuji.blogspot.jp/2010/03/criancas-brasileiras-no-japao.html>
- Fundação Alexandre de Gusmão (2010). *Vinte anos de brasileiros no Japão*. Brasília: FUNAG.
- Hatano, Lilian Terumi (2010). "A Educação de Crianças Brasileiras no Japão - Desafios para os Próximos 10 Anos". In Fundação Alexandre de Gusmão (2010): *Vinte anos de brasileiros no Japão*. Brasília: FUNAG, p. 41-50.

- Ishi, Angelo (2010). "Reflexões Sobre os 20 Anos do Movimento Dekassegui - A Perspectiva de um Brasileiro Radicado no Japão". In Fundação Alexandre de Gusmão (2010): *Vinte anos de brasileiros no Japão*. Brasília: FUNAG, p. 11-20.
- Kanasiro, Alvaro Katsuaki (2011). "Etnografia em uma escola brasileira no Japão", *Ponto Urbe* [Online], 9 | 2011, 22/10/2013. URL : <http://pontourbe.revues.org/346> ; DOI : 10.4000/pontourbe.346
- Nakaema, Olivia Yumi (2014). "Ensino de Português como língua materna ou língua estrangeira?". *Projeto Mirai Brasil* [Online], 9/9/2014. URL: <https://projetomiraibrasil.wordpress.com/tag/escolas-brasileiras-no-japao/>
- Nunes, Marcus (2012). "Japan: Poster Child for NGDP Targeting". [Online], 8/7/212. URL: <https://thefaintofheart.wordpress.com/2012/07/08/japan-poster-child-for-ngdp-targeting/>
- Ophata, T. (2016) "Entidade oferece reforço escolar a alunos estrangeiros em Gunma", *Alternativa* [Online], 29/6/2016, URL: <http://www.alternativa.co.jp/Noticia/View/58870/Entidade-oferece-reforco-escolar-a-alunos-estrangeiros-em-Gunma>
- Sakamoto, Paulo (2014). "Mulheres imigrantes: A salvação para o pesadelo demográfico do Japão?", *IPCDigital* [Online], 30/11/2014. URL: <http://www.ipcdigital.com/nacional/mulheres-imigrantes-a-salvacao-para-o-pesadelo-demografico-do-japao/>
- São Paulo Shimbun (2016). "Amazonas inaugura a primeira escola pública bilíngue com idioma japonês", [Online], 21/1/2016. URL: <http://saopauloshimbun.com.br/amazonas-inaugura-a-primeira-escola-publica-bilingue-com-idioma-japones/>
- Sasaki, Elisa (2006). "A imigração para o Japão". *Estudos Avançados* 20(57): 99-117.

The **Economics and Politics (CNPq) Research Group** started publishing its members' working papers on June 12, 2013. Please check the list below and click at <http://econpolrg.com/working-papers/> to access all publications.

Number	Date	Publication
71/2017	06-16-2017	Escola japonesa ou escola brasileira? A inserção dos estudantes brasileiros na escola no Japão, Maurício Soares Bugarin
70/2017	04-17-2017	How the East was Lost: Coevolution of Institutions and Culture in the 16th Century Portuguese Empire, Bernardo Mueller
69/2017	04-10-2017	A reforma política sob o ponto de vista da análise econômica do direito, Pedro Fernando Nery and Fernando B. Meneguin
68/2016	07-14-2016	O dilema entre a eficiência de curto e de longo prazo no ordenamento jurídico e o impacto no crescimento econômico, Fernando B. Meneguin and Tomás T. S. Bugarin
67/2016	05-04-2016	A estrutura de capital de empresas brasileiras de capital aberto: uma análise de seus determinantes, João Pedro Bertani Catrib, Paulo Augusto P. de Britto and André Luiz Marques Serrano
66/2016	04-20-2016	Tests for history dependence in mixed-Poisson growth: Brazil, 1822-2000, and USA, 1869-1996, with an estimate of the world mixing distribution at start-up, Steve De Castro and Flávio Gonçalves
65/2016	04-13-2016	Piketty's Prediction meets technical progress in Harrod-Domar's Dynamics and Solow Swan's Surrogate, Steve De Castro
64/2016	04-06-2016	Análise do impacto da alteração normativa na aposentadoria por invalidez no Brasil, Helvio Antonio Pereira Marinho, Moises de Andrade Resende Filho and Vander Mendes Lucas
63/2016	03-30-2016	Black movement: Estimating the effects of affirmative action in college admissions on education and labor market outcomes, Andrew Francis-Tan and Maria Tannuri-Pianto
62/2016	01-13-2016	Electronic voting and Social Spending: The impact of enfranchisement on municipal public spending in Brazil, Rodrigo Schneider, Diloá Athias and Maurício Bugarin
61/2015	12-02-2015	Alunos de inclusão prejudicam seus colegas? Uma avaliação com dados em painel de alunos da rede municipal de São Paulo, Bruna Guidetti, Ana Carolina Zoghbi and Rafael Terra
60/2015	12-02-2015	Impacto de programa Mais Educação em indicadores educacionais, Luís Felipe Batista de Oliveira and Rafael Terra
59/2015	10-21-2015	Eficiência de custos operacionais das companhias de distribuição de energia elétrica (CDEEs) no Brasil: Uma aplicação (DEA & TOBIT) em dois estágios, Daniel de Pina Fernandes and Moisés de Andrade Resende Filho
58/2015	10-14-2015	Determinantes do risco de crédito rural no Brasil: uma crítica às renegociações da dívida rural, Lucas Braga de Melo and Moisés de Andrade Resende Filho
57/2015	10-07-2015	Distribuição da riqueza no Brasil: Limitações a uma estimativa precisa a partir dos dados tabulados do IRPF disponíveis, Marcelo Medeiros
56/2015	10-01-2015	A composição da desigualdade no Brasil. Conciliando o Censo 2010 e os dados do Imposto de Renda, Marcelo Medeiros, Juliana de Castro Galvão and Luísa Nazareno
55/2015	09-24-2015	A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais, Marcelo Medeiros and Pedro H. G. F. Souza
54/2015	09-24-2015	Reciclagem de plataformas de petróleo: ônus ou bônus?, Roberto N. P. di Cillo
53/2015	09-09-2015	A Progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil, Fábio Castro and Mauricio S. Bugarin
52/2015	07-03-2015	Measuring Parliaments: Construction of Indicators of Legislative Oversight, Bento Rodrigo Pereira Monteiro and Denílson Banderia Coêlho
51/2015	06-29-2015	A didactic note on the use of Benford's Law in public works auditing, with an application to the construction of Brazilian Amazon Arena 2014 World Cup soccer stadium, Mauricio S. Bugarin and Flavia Ceccato Rodrigues da Cunha
50/2015	04-29-2015	Accountability and yardstick competition in the public provision of education, Rafael Terra and Enlinson Mattos
49/2015	04-15-2015	Understanding Robert Lucas (1967-1981), Alexandre F. S. Andrade

Number	Date	Publication
48/2015	04-08-2015	Common Labor Market, Attachment and Spillovers in a Large Federation, Emilson Caputo Delfino Silva and Vander Mendes Lucas
47/2015	03-27-2015	Tópicos da Reforma Política sob a Perspectiva da Análise Econômica do Direito, Pedro Fernando Nery and Fernando B. Meneguin
46/2014	12-17-2014	The Effects of Wage and Unemployment on Crime Incentives - An Empirical Analysis of Total, Property and Violent Crimes, Paulo Augusto P. de Britto and Tatiana Alessio de Britto
45/2014	12-10-2014	Políticas Públicas de Saúde Influenciam o Eleitor?, Hellen Chrytine Zanetti Matarazzo
44/2014	12-04-2014	Regulação Ótima e a Atuação do Judiciário: Uma Aplicação de Teoria dos Jogos, Maurício S. Bugarin and Fernando B. Meneguin
43/2014	11-12-2014	De Facto Property Rights Recognition, Labor Supply and Investment of the Poor in Brazil, Rafael Santos Dantas and Maria Tannuri-Pianto
42/2014	11-05-2014	On the Institutional Incentives Faced by Brazilian Civil Servants, Mauricio S. Bugarin and Fernando B. Meneguin
41/2014	10-13-2014	Uma Introdução à Teoria Econômica da Corrupção: Definição, Taxonomia e Ensaios Selecionados, Paulo Augusto P. de Britto
40/2014	10-06-2014	Um modelo de jogo cooperativo sobre efeitos da corrupção no gasto público, Rogério Pereira and Tatiane Almeida de Menezes
39/2014	10-02-2014	Uma análise dos efeitos da fusão ALL-Brasil Ferrovias no preço do frete ferroviário de soja no Brasil, Bruno Ribeiro Alvarenga and Paulo Augusto P. de Britto
38/2014	08-27-2014	Comportamentos estratégicos entre municípios no Brasil, Vitor Lima Carneiro & Vander Mendes Lucas
37/2014	08-20-2014	Modelos Microeconômicos de Análise da Litigância, Fábio Avila de Castro
36/2014	06-23-2014	Uma Investigação sobre a Focalização do Programa Bolsa Família e seus Determinantes Imediatos. André P. Souza, Plínio P. de Oliveira, Janete Duarte, Sérgio R. Gadelha & José de Anchieta Neves
35/2014	06-22-2014	Terminais de Contêineres no Brasil: Eficiência Intertemporal. Leopoldo Kirchner and Vander Lucas
34/2014	06-06-2014	Lei 12.846/13: atrai ou afugenta investimentos? Roberto Neves Pedrosa di Cillo
33/2013	11-27-2013	Vale a pena ser um bom gestor? Comportamento Eleitoral e Reeleição no Brasil, Pedro Cavalcante
32/2013	11-13-2013	A pressa é inimiga da participação (e do controle)? Uma análise comparativa da implementação de programas estratégicos do governo federal, Roberto Rocha C. Pires and Alexandre de Avila Gomide
31/2013	10-30-2013	Crises de segurança do alimento e a demanda por carnes no Brasil, Moisés de Andrade Resende Filho, Karina Junqueira de Souza and Luís Cristóvão Ferreira Lima
30/2013	10-16-2013	Ética & Incentivos: O que diz a Teoria Econômica sobre recompensar quem denuncia a corrupção? Maurício Bugarin
29/2013	10-02-2013	Intra-Village Expansion of Welfare Programs, M. Christian Lehmann
28/2013	09-25-2013	Interações verticais e horizontais entre governos e seus efeitos sobre as decisões de descentralização educacional no Brasil, Ana Carolina Zoghbi, Enlinson Mattos and Rafael Terra
27/2013	09-18-2013	Partidos, facções e a ocupação dos cargos de confiança no executivo federal (1999-2011), Felix Lopez, Mauricio Bugarin and Karina Bugarin
26/2013	09-11-2013	Metodologias de Análise da Concorrência no Setor Portuário, Pedro H. Albuquerque, Paulo P. de Britto, Paulo C. Coutinho, Adelaida Fonseca, Vander M. Lucas, Paulo R. Lustosa, Alexandre Y. Carvalho and André R. de Oliveira
25/2013	09-04-2013	Balancing the Power to Appoint officers, Salvador Barberà and Danilo Coelho
24/2013	08-28-2013	Modelos de Estrutura do Setor Portuário para Análise da Concorrência, Paulo C. Coutinho, Paulo P. de Britto, Vander M. Lucas, Paulo R. Lustosa, Pedro H. Albuquerque, Alexandre Y. Carvalho, Adelaida Fonseca and André Rossi de Oliveira
23/2013	08-21-2013	Hyperopic Strict Topologies, Jaime Orillo and Rudy José Rosas Bazán
22/2013	08-14-2013	Há Incompatibilidade entre Eficiência e Legalidade? Fernando B. Meneguin and Pedro Felipe de Oliveira Santos

Number	Date	Publication
21/2013	08-07-2013	A Note on Equivalent Comparisons of Information Channels, Luís Fernando Brands Barbosa and Gil Riella
20/2013	07-31-2013	Vertical Integration on Health Care Markets: Evidence from Brazil, Tainá Leandro and José Guilherme de Lara Resende
19/2013	07-24-2013	A Simple Method of Elicitation of Preferences under Risk, Patrícia Langasch Tecles and José Guilherme de Lara Resende
18/2013	07-17-2013	Algunas Nociones sobre el Sistema de Control Público en Argentina con Mención al Caso de los Hospitales Públicos de la Provincia de Mendoza, Luis Federico Giménez
17/2013	07-10-2013	Mensuração do Risco de Crédito em Carteiras de Financiamentos Comerciais e suas Implicações para o Spread Bancário, Paulo de Britto and Rogério Cerri
16/2013	07-03-2013	Previdências dos Trabalhadores dos Setores Público e Privado e Desigualdade no Brasil, Pedro H. G. F. de Souza and Marcelo Medeiros
15/2013	06-26-2013	Incentivos à Corrupção e à Inação no Serviço Público: Uma análise de desenho de mecanismos, Maurício Bugarin and Fernando Meneguin
14/2013	06-26-2013	The Decline in inequality in Brazil, 2003–2009: The Role of the State, Pedro H. G. F. de Souza and Marcelo Medeiros
13/2013	06-26-2013	Productivity Growth and Product Choice in Fisheries: the Case of the Alaskan pollock Fishery Revisited, Marcelo de O. Torres and Ronald G. Felthoven
12/2013	06-19-2003	The State and income inequality in Brazil, Marcelo Medeiros and Pedro H. G. F. de Souza
11/2013	06-19-2013	Uma alternativa para o cálculo do fator X no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil, Paulo Cesar Coutinho and Ângelo Henrique Lopes da Silva
10/2013	06-12-2013	Mecanismos de difusão de Políticas Sociais no Brasil: uma análise do Programa Saúde da Família, Denilson Bandeira Coêlho, Pedro Cavalcante and Mathieu Turgeon
09/2013	06-12-2013	A Brief Analysis of Aggregate Measures as an Alternative to the Median at Central Bank of Brazil's Survey of Professional Forecasts, Fabia A. Carvalho
08/2013	06-12-2013	On the Optimality of Exclusion in Multidimensional Screening, Paulo Barelli, Suren Basov, Mauricio Bugarin and Ian King
07/2013	06-12-2013	Desenvolvimentos institucionais recentes no setor de telecomunicações no Brasil, Rodrigo A. F. de Sousa, Nathalia A. de Souza and Luis C. Kubota
06/2013	06-12-2013	Preference for Flexibility and Dynamic Consistency, Gil Riella
05/2013	06-12-2013	Partisan Voluntary Transfers in a Fiscal Federation: New evidence from Brazil, Mauricio Bugarin and Ricardo Ubrig
04/2013	06-12-2013	How Judges Think in the Brazilian Supreme Court: Estimating Ideal Points and Identifying Dimensions, Pedro F. A. Nery Ferreira and Bernardo Mueller
03/2013	06-12-2013	Democracy, Accountability, and Poverty Alleviation in Mexico: Self-Restraining Reform and the Depoliticization of Social Spending, Yuriko Takahashi
02/2013	06-12-2013	Yardstick Competition in Education Spending: a Spatial Analysis based on Different Educational and Electoral Accountability Regimes, Rafael Terra
01/2013	06-12-2013	On the Representation of Incomplete Preferences under Uncertainty with Indecisiveness in Tastes, Gil Riella